



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS
Conselho Superior

Avenida Vicente Simões, 1111 – Bairro Nova Pousa Alegre – 37553-465 - Pousa Alegre/MG

Fone: (35) 3449-6150/E-mail: reitoria@ifsuldeminas.edu.br

RESOLUÇÃO Nº 146/2019, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019.

Dispõe sobre a alteração do Projeto Pedagógico de Curso (PPC): Técnico em Agropecuária Subsequente - IFSULDEMINAS – Campus Machado.

O Reitor e Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, Professor Marcelo Bregagnoli, nomeado pelo Decreto de 23 de julho de 2018, DOU nº 141/2018 – seção 2, página 1 e em conformidade com a Lei 11.892/2008, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em reunião realizada na data de 18 de dezembro de 2019, RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a alteração do Projeto Pedagógico de Curso (PPC): Técnico em Agropecuária Subsequente - IFSULDEMINAS – Campus Machado.

Art. 2º – Atualizar a Resolução 057/2012.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor após sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Pousa Alegre, 18 de dezembro de 2019.

Marcelo Bregagnoli
Presidente do Conselho Superior
IFSULDEMINAS



**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO TÉCNICO EM
AGROPECUÁRIA SUBSEQUENTE**

Machado - MG

2019

GOVERNO FEDERAL

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS**

PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Jair Messias Bolsonaro

MINISTRO DA EDUCAÇÃO
Abraham Weintraub

SECRETARIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
Ariosto Antunes Culau

REITOR DO IFSULDEMINAS
Marcelo Bregagnoli

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO
Honório José de Moraes Neto

PRÓ-REITOR DE GESTÃO DE PESSOAS
Luiz Ricardo de Moura Gissoni

PRÓ-REITOR DE ENSINO
Giovane José da Silva

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO
Cleber Ávila Barbosa

PRÓ-REITORA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
Sindynara Ferreira

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DO SUL DE MINAS GERAIS**

CONSELHO SUPERIOR

Presidente

Marcelo Bregagnoli

Representantes dos Diretores-gerais dos Campi

Carlos Henrique Rodrigues Reinato, João Paulo de Toledo Gomes, João Olympio de Araújo Neto, Renato Aparecido de Souza, Mariana Felicetti Rezende, Luiz Flávio Reis Fernandes, Thiago Caproni Tavares

Representante do Ministério da Educação

Eduardo Antônio Modena

Representantes do Corpo Docente

Selma Gouvêa de Barros, Pedro Luiz Costa Carvalho, Carlos Alberto Machado Carvalho, Beatriz Glória Campos Lago, Jane Piton Serra Sanches, Antônio Sérgio da Costa, Fernando Carlos Scheffer Machado

Representantes do Corpo Técnico Administrativo

Priscilla Lopes Ribeiro, Matheus Borges de Paiva, Marcelo Rodrigo de Castro, João Alex de Oliveira, Rafael Martins Neves, Arthemisa Freitas Guimarães Costa, Mayara Lybia da Silva, Mônica Ribeiro de Araújo

Representantes do Corpo Discente

Ana Paula Carvalho Batista, Maria Alice Alves Scalco, Renan Silvério Alves de Souza, Matheus José Silva de Sousa, Flávio Oliveira Santos, Oseias de Souza Silva, Felícia Erika Nascimento Costa

Representantes dos Egressos

César Augusto Neves, Keniara Aparecida Vilas Boas, Isa Paula Avelar Rezende, Rodrigo da Silva Urias

Representantes das Entidades Patronais

Alexandre Magno, Jorge Florêncio Ribeiro Neto

Representantes das Entidades dos Trabalhadores

Clemilson José Pereira, Teovaldo José Aparecido

Representantes do Setor Público ou Estatais

Ivan Santos Pereira Neto
Mauro Fernando Rego de Mello Junior

Membros Natos

Rômulo Eduardo Bernardes da Silva, Sérgio Pedini

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DO SUL DE MINAS GERAIS**

DIRETORES-GERAIS DOS CAMPI

Campus Inconfidentes
Luiz Flávio Reis Fernandes

Campus Machado
Carlos Henrique Rodrigues Reinato

Campus Muzambinho
Renato Aparecido de Souza

Campus Passos
João Paulo de Toledo Gomes

Campus Poços de Caldas
Thiago Caproni Tavares

Campus Pouso Alegre
Mariana Felicetti Rezende

Campus Avançado Carmo de Minas
João Olympio de Araújo Neto

Campus Avançado Três Corações
Francisco Vítor de Paula

COORDENADORA DO CURSO

Silvana da Silva

EQUIPE ORGANIZADORA DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

DOCENTES

Alexandre Tavares Ferreira

Angélica Pereira Todescato

Daiane Moreira Silva

Ivan Franco Caixeta

João Paulo Barbieri

Leda Gonçalves Fernandes

Leonardo Rubim Reis

Luis Lessi dos Reis

Marcela Costa Rocha

Maurício Thalles de Jesus Azevedo Júnior

Nikolas de Oliveira Amaral

Patricia de Oliveira Alvim Veiga

Renata Mara de Souza

Renato Alves Coelho

Tâmara Prado de Moraes

PEDAGOGAS

Débora Jucely de Carvalho

Ellissa Castro Caixeta de Azevedo

Erlei Clementino dos Santos

TÉCNICA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS

Maria Aparecida Avelino

SUMÁRIO

1	DADOS DA INSTITUIÇÃO.....	10
1.1	IFSULDEMINAS – Reitoria.....	10
1.2	Entidade Mantenedora.....	10
1.3	IFSULDEMINAS – Campus Machado.....	11
2	DADOS GERAIS DO CURSO.....	11
2.1	Portaria de Reconhecimento.....	12
2.2	Legislações Referenciais para construção do Projeto Pedagógico.....	12
3	HISTÓRICO DO IFSULDEMINAS.....	13
4	CARACTERIZAÇÃO INSTITUCIONAL DO CAMPUS.....	14
5	APRESENTAÇÃO DO CURSO.....	15
6	JUSTIFICATIVA.....	16
7	OBJETIVOS DO CURSO.....	18
7.1	Objetivo Geral.....	18
7.2	Objetivos Específicos.....	18
8	FORMA(S) DE ACESSO.....	19
9	PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO E ÁREAS DE ATUAÇÃO.....	19
9.1	Caracterização.....	19
9.2	Competências Profissionais Gerais.....	20
9.3	Campo de Atuação.....	22
10	ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	22
10.1	Atividade de ensino, pesquisa e extensão.....	25
10.2	Representação Gráfica do perfil de formação.....	27
10.3	Matriz Curricular.....	28
11	EMENTÁRIO.....	29
11.1	EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS DO MÓDULO 1.....	29
11.2	EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS DO MÓDULO 2.....	35
11.3	EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS DO MÓDULO 3.....	41
12	METODOLOGIA.....	48
12.1	Procedimentos pedagógicos.....	48

13	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO.....	49
14	SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM... 50	
14.1	Critérios de avaliação.....	51
14.2	Da Frequência.....	52
14.3	Da Verificação do Rendimento Escolar e da Aprovação.....	53
14.4	Do Conselho de Classe.....	55
14.5	Terminalidade Específica e Flexibilização Curricular.....	55
14.5.1	Terminalidade Específica.....	56
14.5.2	Flexibilização curricular.....	57
15	SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO.....	58
16	APOIO AO DISCENTE.....	58
16.1	Política de atendimento a portadores de necessidades especiais.....	59
16.2	Atendimento a Pessoas com Deficiência ou com Transtornos Globais.....	59
17	TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – TICs – NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM.....	60
18	CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES.....	60
19	CORPO DOCENTE E ADMINISTRATIVO.....	61
19.1	Funcionamento do Colegiado de Curso ou equivalente.....	61
19.2	Atuação do(a) Coordenador(a).....	61
19.3	Corpo Docente.....	62
19.4	Corpo Administrativo.....	64
20	INFRAESTRUTURA.....	65
20.1	Específica do curso.....	65
20.2	Apoio ao pleno funcionamento do curso.....	66
20.3	Biblioteca.....	67
21	CERTIFICADOS E DIPLOMAS.....	68
22	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	68
23	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS PARA O PROJETO.....	69

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Identificação do Campus Machado.....	11
Quadro 2 - Referências de legislação para construção do PPC.....	12
Quadro 3 - Estrutura curricular: Técnico em Agropecuária Subsequente.....	25
Quadro 4- Critérios de aprovação / reprovação.....	53
Quadro 5 - Corpo docente.....	62
Quadro 6 - Corpo Administrativo.....	64
Quadro 7 - Infraestrutura específica do curso.....	65
Quadro 8 - Infraestrutura de apoio.....	66

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa do Campus.....	13
--------------------------------	----

1 DADOS DA INSTITUIÇÃO

1.1 IFSULDEMINAS – Reitoria

Nome do Instituto	Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais
CNPJ	10.648.539/0001-05
Nome do Dirigente	Marcelo Bregagnoli
Endereço do Instituto	Av. Vicente Simões, 1.111
Bairro	Nova Pouso Alegre
Cidade	Pouso Alegre
UF	Minas Gerais
CEP	37.553-465
DDD/Telefone	(35)3449-6150
E-mail	reitoria@ifsuldeminas.edu.br

1.2 Entidade Mantenedora

Entidade Mantenedora	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica–SETEC
CNPJ	00.394.445/0532-13
Nome do Dirigente	Ariosto Antunes Culau
Endereço da Entidade Mantenedora	Esplanada dos Ministérios Bloco 1, 4º andar – Ed. sede
Bairro	Asa Norte
Cidade	Brasília
UF	Distrito Federal
CEP	70047-902
DDD/Telefone	(61) 2022-8597
E-mail	setec@mec.gov.br

1.3 IFSULDEMINAS – Campus Machado

Quadro 1 - Identificação do Campus Machado

Nome do Local de Oferta Instituto Federal do Sul de Minas Gerais - Campus Machado				CNPJ 10.648.539/0003-77	
Nome do Dirigente Carlos Henrique Rodrigues Reinato					
Endereço do Instituto Rodovia Machado Paraguaçu – Km 3			Bairro Santo Antônio		
Cidade	UF	CEP	DDD/Telefone	DDD/Fax	E-mail
Machado	MG	37.750-000	(35)3295-9700	(35)3295-9709	carlos.reinato@ifsuldeminas.edu.br

2 DADOS GERAIS DO CURSO

Nome do Curso: Técnico em Agropecuária

Tipo: presencial

Modalidade: subsequente

Eixo Tecnológico: Recursos naturais

Local de Funcionamento: IFSULDEMINAS - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais - Campus Machado

Ano de Implantação: 2000

Habilitação: Técnico em Agropecuária

Turnos de Funcionamento: Diurno

Número de Vagas Oferecidas: 35

Forma de ingresso: Processo Seletivo (vestibular)

Requisitos de Acesso: Ensino Médio completo

Duração do Curso: 18 meses

Periodicidade de oferta: Anual

Estágio Supervisionado: 120 horas

Carga Horária Total: 1320 horas

Ato Autorizativo: Portaria nº075 de 6 de setembro de 2000

Portaria de Reconhecimento: Resolução N° 30/2010

2.1 Portaria de Reconhecimento

Resolução N° 30/2010 – Dispõe sobre Aprovação de novas matrizes curriculares, novas denominações e novos cursos técnicos.

2.2 Legislações Referenciais para construção do Projeto Pedagógico

Quadro 2 - Referências de legislação para construção do PPC

Lei nº 9.394/1996	Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).
Lei nº 9.795/1999	Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.
Decreto nº 4.281/2002	Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.
Decreto nº 5.296/2004	Regulamenta as Leis nº 10.048/2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas, e nº 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiências.
Decreto nº 5.622/2005	Regulamentação do artigo 80 da LDB – Lei nº 9.394/96, relativo à educação profissional.
Decreto nº 5.154/2004	Regulamentação dos artigos 39 a 41 da LDB – Lei nº 9394/96, relativo à educação profissional.
Decreto nº 5.626/2005	Regulamenta a Lei 10.436 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.
Resolução CNE/CP nº 1/2004	Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
Resolução 01/2012	Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em

	Direitos Humanos.
Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012	Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.
Parecer CNE/CEB nº. 11/2012, de 09 de maio de 2012	Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.
Lei 13.146 de 6 de julho de 2015	Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
Lei nº 11.645, de 10 março de 2008	Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

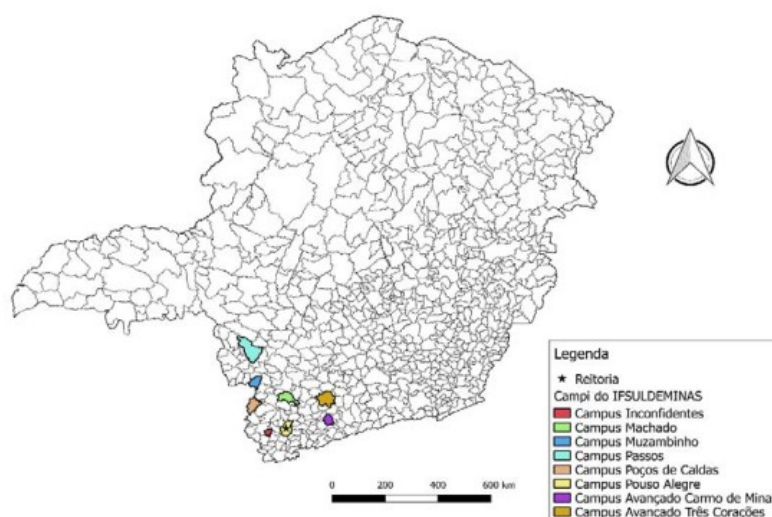
Resolução nº 073/2015	Dispõe sobre a aprovação das Normas Acadêmicas dos Cursos Subsequentes da Educação Técnica Profissional de Nível Médio.
Instrução Normativa nº 4/2018	Dispõe sobre as Políticas de Assistência Estudantil do IFSULDEMINAS.
Lei nº 11.788/2008	Dispõe sobre o estágio de estudantes e dá outras providências.

3 HISTÓRICO DO IFSULDEMINAS

Compreende “educação profissional verticalizada”, a qual promove a fluidez de conhecimentos, técnicas e habilidades entre os níveis de ensino. A verticalização evita compartimentar conhecimento, pois os alunos do ensino médio recebem orientações de mestres ou doutores em projetos de iniciação científica.

Com forte atuação na região sul-mineira (Figura 01), tem como principal finalidade a oferta de ensino gratuito e de qualidade nos segmentos técnico, profissional e superior

Figura 1 - Mapa de localização dos municípios-sede de Campi do IFSULDEMINAS



Fonte: Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (2018)

Fonte: Plano de Desenvolvimento Institucional PDI – IFSULDEMINAS 2019-2023

Assim como os demais Institutos Federais, o IFSULDEMINAS tem formação

multicampi. Originou-se da união das três tradicionais e reconhecidas escolas agrotécnicas de Inconfidentes, Machado e Muzambinho. Atualmente, também possui campi em Passos, Poços de Caldas, Pouso Alegre campi avançados em Carmo de Minas e Três Corações, além de núcleos avançados e polos de rede em diversas cidades da região.

A missão do Instituto é promover a excelência na oferta da educação profissional e tecnológica em todos os níveis, formando cidadãos críticos, criativos, competentes e humanistas, articulando ensino, pesquisa e extensão e contribuindo para o desenvolvimento sustentável do Sul de Minas Gerais.

4 CARACTERIZAÇÃO INSTITUCIONAL DO CAMPUS

O Campus Machado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas (IFSULDEMINAS), situa-se no município de Machado, na região Sul do Estado de Minas Gerais. A Escola foi fundada no dia 03 de julho de 1957. Segundo a história, os primeiros passos para sua criação ocorreram ainda no primeiro Governo de Getúlio Vargas, sendo que a efetiva construção iniciou-se no Governo Dutra, em 1949, quando o decreto nº 9613/20 de agosto de 1946, chamado de lei orgânica do ensino agrícola, estabeleceu a doação das terras onde hoje se localiza o Campus. A criação da Escola de Iniciação Agrícola de Machado, no final da década de 1950, fez parte de uma política mais ampla de valorização do trabalhador e da educação rural.

Os projetos educacionais eram guiados pelo desejo de modernização do campo. Ao longo dos anos a Escola de Iniciação Agrícola de Machado teve alterações em sua estrutura e, por consequência, do seu nome, assim passou a ser denominada de Ginásio Agrícola de Machado (1964), Colégio Agrícola de Machado (1978) e Escola Agrotécnica Federal de Machado (1979), até que, em 2008, tornou-se Campus do IFSULDEMINAS. O Campus possui área total de 160 ha 96a 68ca, sendo área construída coberta de 35.872,22m², contando, atualmente, com 48 salas de aula, 38 laboratórios, biblioteca, ginásio poliesportivo, quadras esportivas, campo de futebol, alojamento para 330 alunos, auditório com capacidade para 400 pessoas, e mais dois espaços com capacidade para 130 e 110 pessoas, os quais são utilizados para eventos diversos (palestras, cursos, reuniões, etc.). Além disso, possui também doze unidades educativas de produção – UEP, as quais proporcionam melhor aproveitamento do ensino aprendizagem, possibilitando a realização de aulas teórico-práticas.

Além das salas de aula, o Campus dispõe de área para plantio e vários setores

produtivos zootécnicos bem estruturados, permitindo aos alunos uma ampla visão das atividades profissionais e da cadeia produtiva, além da aplicação do conteúdo teórico no campo. O Campus conta, ainda, com infraestrutura que atende à comunidade acadêmica como frota de automóveis, tratores e implementos agrícolas, fábrica de ração, sistemas de irrigação, topografia, processamento de alimentos de origem vegetal e animal e viveiro de produção de mudas.

No Campus Machado, através da Coordenação de Pesquisa, são oportunizados aos alunos a participação em Programas Institucionais de Iniciação Científica através de editais específicos. Além disso, há a possibilidade de participação em grupos assistidos de pesquisa e extensão (GAPES), os quais permitem a atuação em atividades práticas distintas do cotidiano da sala de aula, fomentam o estudo e o debate de temáticas específicas e ainda ajudam na integração entre os alunos e no senso de responsabilidade.

A economia do sul do Estado de Minas Gerais, região onde se situa o Campus Machado, está baseada na produção agropecuária, tendo o café como base produtiva e maior gerador de emprego e renda. Outras atividades agropecuárias também se fazem presentes, como a produção leiteira, avícola, etc. Neste sentido, o Campus Machado tem atuado na formação profissional em áreas consideradas prioritárias para o desenvolvimento da região, de forma a proporcionar a integração com o desenvolvimento local e regional.

5 APRESENTAÇÃO DO CURSO

O Curso Técnico em Agropecuária modalidade subsequente ofertado pelo IFSULDEMINAS - Campus Machado está estruturado de forma a contemplar as competências gerais do Eixo tecnológico Recursos naturais, conforme o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos do Ministério da Educação (BRASIL, 2017).

A base de conhecimentos científicos e tecnológicos do curso é composta por educação básica, diversificada e educação profissional, perfazendo uma carga horária total de 1.320 horas, com duração de 18 meses, no período diurno.

O curso Técnico em Agropecuária modalidade subsequente é um curso voltado para a formação de profissionais que atuam nas atividades agrícolas e zootécnicas. O curso tem como objetivo formar técnicos em agropecuária capazes de fazer frente às necessidades do mundo do trabalho, em constante evolução tecnológica. O técnico subsequente em Agropecuária poderá desenvolver ações relacionadas à análise das características econômicas,

sociais e ambientais, planejar, executar, acompanhar e fiscalizar todas as fases dos projetos agropecuários. Este profissional pode exercer funções em empresas rurais, em empresas de assistência técnica, na produção e classificação de sementes e mudas, empresas de reflorestamento, hortos florestais, parques, estações e reservas florestais; na pesquisa agropecuária; nas instituições de ensino de técnicas e de práticas agrícolas, serviços de fiscalização de produtos animais e vegetais bem como seus derivados; em instituições de crédito rural, carteiras agrícolas de banco; em empresas de beneficiamento e de armazenamento de produtos agropecuários; escritórios de topografia, avaliação e perícias, empresas de aviação agrícola; em empresas com atividades agroindustriais, de jardinagem e urbanismo; em empresas de produção, comércio e uso de fertilizantes, agrotóxicos, produtos para pecuária, implementos, equipamentos e máquinas de uso agropecuário, em - cooperativas de produção e serviços agropecuários; em sindicatos rurais e dos trabalhadores rurais; escolas públicas e privadas, ministérios e secretarias municipais e estaduais da agricultura, entre outras empresas de pesquisa e extensão ligadas a área; em agroindústria frutífera, de conservas e de produtos agrícolas, de laticínios, de produtos avícolas e indústria florestal e indústrias de couro.

O grande diferencial deste curso é que conta com diversas empresas parceiras que oferecem estágios e também está cadastrado no programa jovem aprendiz do Ministério do Trabalho. Os egressos no curso terão a oportunidade de participar deste programa, melhorando o desenvolvimento e crescimento profissional, dentro de uma área de atuação específica, melhorando assim, as oportunidades e a possibilidade de inserção no mercado de trabalho.

6 JUSTIFICATIVA

Com a finalidade de atender às exigências da sociedade moderna, que busca profissionais com sólida formação tecnológica, a Instituição oferece o Curso Técnico em Agropecuária, na modalidade subsequente.

Complementando-se o exposto, justifica-se a oferta do Curso Técnico em Agropecuária nessa modalidade, face aos estudos realizados pelas entidades ligadas ao desenvolvimento regional e o levantamento das necessidades junto aos produtores da região, cooperativas, empresas e órgãos ligados à Agropecuária. Para tanto, é primordial proporcionar uma formação profissional que contemple saberes e habilidades para apoiar o

desenvolvimento nas áreas de:

- Pecuária – Bovinocultura de corte e de leite, suinocultura, avicultura, equinocultura e criação de pequenos animais (Apicultura e Piscicultura),
- Agricultura – Café, arroz, milho, soja, olericultura, conservação do solo e reflorestamento.
- Tecnologias para produção - Irrigação e drenagem, Mecanização Agrícola, Construções Rurais e Topografia.
- Tecnologia de Alimentos – Industrialização de produtos de origem animal e vegetal, bem como fabricação de rações e outros produtos.
- Administração Rural – Gestão e Economia, Sociologia e Extensão Rural, Planejamento e Projeto de Empreendedorismo, Gestão Ambiental e Agroecologia;
- Iniciação Científica e habilidades na área da Informática.

Consideram-se, ainda, as seguintes vantagens:

- Disponibilidade de infraestrutura física e humana para o desenvolvimento dos currículos;
- Garantia de clientela Instituição, considerando a crescente demanda de alunos para os cursos Técnicos Subsequentes;
- Garantia de colocação dos egressos do curso no mercado de trabalho da região;
- Necessidade crescente, no mercado de trabalho, de profissionais qualificados nas áreas respectivas;

Constituição da organização curricular efetivada por meio da interdisciplinaridade que integram conhecimentos gerais e específicos correspondentes à formação básica e profissional, o que ressignifica o processo de ensino aprendizagem, desenvolvendo assim uma Educação Profissional contextualizada.

Diante deste contexto, o curso de Técnico em Agropecuária Subsequente do Instituto Federal do Sul de Minas - Campus Machado propõe-se ser agente de difusão em programas que propiciem renda e oportunidade no campo, para melhorar as condições de produção, favorecer as economias de escala e agregar valor aos produtos; ser difusor de conhecimento e

tecnologia para agricultores de subsistência ou que se encontram em transição para a agricultura comercial, ser disseminador de alternativas de diversificação produtiva para um novo ciclo de desenvolvimento regional. Caberá a Instituição, portanto, utilizar meios de difusão, privilegiando a criação de cooperativas e associações, instrumentalizando-se para tornar-se um Centro de Referência na Região. A Instituição tem buscado, ao lado de outros órgãos parceiros, dar suporte técnico aos produtores nas questões ambientais, para manter um desenvolvimento sustentável, um equilíbrio dos ecossistemas agro-rurais, mantendo a biodiversidade animal e vegetal na região.

A criação de cursos técnicos profissionais na área Agropecuária, com maior mobilidade, oferecendo percursos formativos diversificados, para obtenção de habilitação específica, melhor atenderá a nova dinâmica do mundo do trabalho, pois a módulos específicos se agregarão as demandas existentes para fins de qualificação, atualização, requalificação e profissionalização de trabalho, independentes da escolaridade prévia.

As diversas transformações por que as práticas agropecuárias, historicamente, vêm passando, colocam os agentes de formação profissional em Agropecuária diante de significativa responsabilidade social, considerando a sintonia do que expressam os Referenciais Curriculares: “o elo deste processo é o trabalhador rural, porque dele depende o sucesso dos produtores de insumos e das agroindústrias”, ao que ainda esclarece como dimensão desta responsabilidade: “O mundo do trabalho vive um processo de constantes inovações tecnológicas, organizacionais e gerenciais. Novas interfaces podem surgir e algumas já estabelecidas podem se tornar obsoletas, o que bem caracteriza o modelo de processo”. Daí conclui-se, reiterando o raciocínio já expresso, a abertura de um leque de interações entre o campo de atuação das diversas áreas do conhecimento e os outros setores o que não pode ser ignorado, principalmente, na formação do Técnico na área Agropecuária.

Este documento que submetemos a apreciação da SETEC/MEC busca responder às necessidades do mundo do trabalho apontadas e a melhoria do processo de ensino e de formação cidadã dos profissionais habilitados nesta Instituição.

7 OBJETIVOS DO CURSO

7.1 Objetivo Geral

- Formar técnicos em agropecuária capazes de fazer frente às necessidades do mundo do trabalho, em constante evolução tecnológica.

7.2 Objetivos Específicos

- Oportunizar condições de profissionalização aos alunos que já concluíram o Ensino Médio;
- Oportunizar a formação inicial e/ou continuada de profissionais, a fim de acompanhar as tendências tecnológicas do mundo do trabalho;
- Maximizar a utilização da infraestrutura da Instituição, ampliando o número de habilitações existentes;
- Proporcionar a habilitação profissional em curto prazo, observando-se as exigências e expectativas da comunidade regional;
- Colocar à disposição da sociedade um profissional apto ao exercício de suas funções e
- consciente de suas responsabilidades.
- Construir com o educando o raciocínio lógico, desenvolver o senso crítico, o respeito ao próximo e à vida em sociedade.
- Provocar o educando para que manifeste suas dúvidas, dê ideias, critique, buscando com isso o seu crescimento e maturidade.
- Promover o estudo e a discussão de temas e tendências atuais, bem como a troca de conhecimentos a fim de satisfazer as necessidades do mercado de trabalho. Despertar a independência do educando para aprender e buscar alternativas para os seus problemas.
- Despertar e valorizar o espírito empreendedor dos educandos, estimulando-os a sonhar, discutir e realizar seus trabalhos.
- Habilitar o educando a resolver problemas da sociedade trazendo benefícios para

melhorar a qualidade de vida do homem.

8 FORMA(S) DE ACESSO

Aos candidatos ao Curso Técnico em Agropecuária - modalidade subsequente é exigida comprovação de:

1 - Conclusão do Ensino Médio;

2 - Submeter-se a um processo seletivo, aberto ao público, para a primeira série, de caráter classificatório, em período determinado e divulgado pela instituição. Para a matrícula ao Curso Técnico em Agropecuária Subsequente deverá observar o calendário do IFSULDEMINAS - Campus Machado. Sublinha-se que o processo de ingresso, regulado pelo PDI 2019- 2023, é consonante com a previsão da Lei Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que foi regulamentada pelo Decreto Nº 7.824, de 11 de outubro de 2012, destinam a candidatos que optam por concorrer através do sistema de cotas.

Também é possível se tornar estudante do IFSULDEMINAS através de transferências interna, externa e *exofficio*. As transferências internas e externas são condicionadas pela disponibilidade de vagas no curso, compatibilidade curricular e aprovação em teste de conhecimentos. A transferência *exofficio* está condicionada à compatibilidade curricular e à comprovação de que o interessado ou o familiar do qual o interessado depende teve o local de trabalho alterado por remoção ou transferência, conforme a Lei Nº 9.536, de 11 de dezembro de 1997. O trancamento de matrícula ocorrerá de acordo com o artigo 13 da Resolução CONSUP 073/2015, que dispõe sobre as normas acadêmicas dos cursos técnicos subsequentes do IFSULDEMINAS.

9 PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO E ÁREAS DE ATUAÇÃO

9.1 Caracterização

O profissional - Técnico em Agropecuária deverá desenvolver ações relacionadas à análise das características econômicas, sociais e ambientais, planejar, executar, acompanhar e fiscalizar todas as fases dos projetos agropecuários.

Administrar propriedades rurais. Elaborar, aplicar e monitorar programas preventivos de sanitização na produção animal, vegetal e agroindustrial. Fiscalizar produtos de origem vegetal, animal e agroindustrial. Realizar medição, demarcação e levantamentos topográficos

rurais. Atuar em programas de assistência técnica, extensão rural e pesquisa. Em relação às competências técnicas relacionadas ao gerenciamento, deve ser capaz de projetar e aplicar inovações nos processos de montagem, monitoramento e gestão de empreendimento, elaborar laudos, perícias, pareceres; participa de relatórios de impacto ambiental e de incorporação de novas tecnologias. Na propriedade ou nas empresas agropecuárias, o técnico deve ter uma visão geral da propriedade e, por essa razão, tem a competência para gerir projetos que envolvam pela produção vegetal e animal, bem como atuar em projetos relacionados à tecnologia (processamento) de alimentos.

9.2 Competências Profissionais Gerais

- O concluinte do curso Técnico em Agropecuária deverá apresentar o seguinte perfil profissional:
- Planejar e projetar atividades agrícolas;
- Implantar, monitorar e gerenciar atividades agrícolas e do agronegócio;
- Planejar, implantar, em nível técnico, a produção agroindustrial com qualidade alimentar e sanitária;
- Planejar, elaborar, monitorar e implantar:
 - a exploração e manejo do solo de acordo com suas características;
 - as alternativas de otimização dos fatores climáticos e seus efeitos no crescimento e desenvolvimento das plantas;
 - a produção e propagação de produtos agrícolas em cultivos abertos ou protegidos,
- Utilizar técnicas manejo integrado; de pragas, doenças e plantas daninhas;
- Elaborar relatórios e projetos topográficos; laudos, pareceres, relatórios e projetos agrícolas convencionais e de implantação de novas tecnologias; sistemas de controle de qualidade na produção agrícola.
- Analisar as características técnicas sócio-econômicas e ambientais, identificando as atividades peculiares da área a serem implantadas;

- Planejar, organizar e monitorar a exploração e manejo zootécnico de acordo com
- suas características, propondo alternativas de otimização dos fatores e efeitos que envolvem crescimento e desenvolvimento dos animais em estudo;
- Planejar, organizar executar e monitorar a obtenção e preparo da produção animal, processo de aquisição, conservação e armazenamento de matéria-prima, assim como os programas de nutrição e manejo alimentar em projetos zootécnicos;
- Identificar os sistemas que atuam no processo fisiológico dos animais;
- Identificar as principais doenças de animais, selecionar e aplicar métodos de erradicação e controle das doenças;
- Planejar e acompanhar abate e tratamento pós-abate;
- Conceber e executar projetos zootécnicos, identificando estilos, modelos, elementos, materiais e acessórios a serem empregados;
- Identificar famílias de organismos e microrganismos importantes nas atividades zootécnicas e suas influências;
- Aplicar métodos e programas de reprodução animal e melhoramento genético;
- Elaborar e aplicar e monitorar programas profiláticos, higiênicos e sanitários na produção animal e agroindustrial;
- Identificar e gerenciar sistemas de controle de qualidade na produção animal;
- Identificar e aplicar técnicas mercadológicas para distribuição e comercialização dos produtos;
- Projetar e aplicar inovações nos processos de montagem, monitoramento e gestão de empreendimento;
- Elaborar relatórios e projetos de impacto ambiental;
- Elaborar laudos, perícias, pareceres, relatórios e projetos, inclusive de incorporação de novas tecnologias;

- Identificar técnicas de produção de forrageiras, assim como o balanceamento da alimentação animal;
- Identificar os diversos tipos de máquinas, implementos e equipamentos que dão suporte a produção zootécnica;
- Orientar o emprego e utilização racional dos recursos físicos, financeiros e humanos da produção;
- Orientar a produção conforme as políticas agrícolas;
- Propor sistemas de controle e avaliação da gestão financeira nas unidades de produção;
- Atuar como gerenciador, administrador ou responsável em produções na área de zootecnia;
- Administrar empresas de produção agropecuária.

9.3 Campo de Atuação

O Técnico em Agropecuária pode exercer múltiplas funções dentro das organizações, como profissional liberal autônomo, empregado ou não, tanto em organizações públicas, como privadas. Assim, podem exercer suas funções como Técnicos, em:

- empresas rurais, na administração, produção, exploração, comercialização e prestação de serviços;
- empresas de assistência técnica, fomento e extensão rural;
- planejamento, assessoria e gerenciamento agropecuário;
- produção e classificação de sementes e mudas, empresas de reflorestamento, hortos florestais, parques, estações e reservas florestais;
- pesquisa agropecuária;
- instituições de ensino de técnicas e de práticas agrícolas, serviços de fiscalização de produtos animais e vegetais bem como seus derivados;
- instituições de crédito rural, carteiras agrícolas de banco;

- empresas de beneficiamento e de armazenamento de produtos agropecuários; escritórios de topografia, avaliação e perícias, empresas de aviação agrícola;
- empresas com atividades agroindustriais, de jardinagem e urbanismo;
- empresas de produção, comércio e uso de fertilizantes, agrotóxicos, produtos para
- pecuária, implementos, equipamentos e máquinas de uso agropecuário,
- cooperativas de produção e serviços agropecuários;
- sindicatos rurais e dos trabalhadores rurais;
- escolas públicas e privadas, ministérios e secretarias municipais e estaduais da
- agricultura, entre outras empresas de pesquisa e extensão ligadas a área;
- agroindústria frutífera, de conservas e de produtos agrícolas, de laticínios, de produtos avícolas e indústria florestal e indústrias de couro;

10 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Em atendimento à LDB 9.394/96, a proposta do Instituto Federal de Educação, Ciência, Tecnologia do Campus Machado-MG é oferecer Ensino Profissionalizante, modalidade subsequente.

O currículo pleno do Ensino Profissionalizante ofertado, Técnico em Agropecuária, modalidade subsequente, observa as determinações legais presentes, nos Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Profissional, Parecer CNE/CEB 16/99, Resolução CNE/CEB 04/99, no Decreto nº 5.154/2004, na Resolução CS nº 030 de 31/03/2010, bem como nas diretrizes definidas no Projeto Pedagógico do IFSULDEMINAS.

O curso Técnico em Agropecuária, modalidade subsequente, é estruturado em 3 módulos, correspondendo cada um a um semestre letivo e 100 (cem) dias letivos. As aulas são ministradas no período diurno e tem a duração de 45 minutos cada, sendo a Carga Horária do Núcleo Básico (NB) de 60 horas, Núcleo Profissional (NP) 1.140 horas e Estágio Supervisionado (EST) 120 horas, totalizando 1.320 horas.

O nivelamento dos estudantes do curso técnico em agropecuária subsequente se fará presente nas disciplinas do curso durante cada módulo, onde o docente da referida disciplina criará estratégias didático-pedagógicas para atender as necessidades pontuais desses estudantes.

As atividades de ensino referem-se às práticas que auxiliam no desenvolvimento e

apropriação do conhecimento por parte do aluno, com construção do saber. As principais atividades previstas na prática profissional durante o processo de ensino e aprendizagem serão:

- Aula prática: Envolve atividades práticas em espaços alternativos (laboratórios), conforme programação feita pelo professor na tentativa de relacionar a teoria com a prática.
- Visita técnica: visita orientada de alunos e professor a ambientes de produção ou serviço relacionados ao curso aplicado. A visita técnica proporciona vivência prévia das condições de ambiente de trabalho e pode ser considerada como aula se estiver prevista no plano de ensino.
- Programas de monitoria das disciplinas de formação específica, que desempenham importante papel para a inserção dos alunos nas atividades pertinentes ao curso. As atividades de monitoria são regulamentadas segundo Resolução CONSUP nº 12, de 29 de Abril de 2013. Entende-se por atividade de pesquisa científica a atividade complementar orientada pelo professor, a partir de um projeto de pesquisa, vinculada ou não aos programas de fomento.
- O atendimento aos estudantes com necessidades educacionais especiais acontecerá com a adaptação dos métodos de ensino e de organização didática, modificando os procedimentos de ensino, introduzindo atividades alternativas às previstas, com atividades complementares àquelas originalmente planejadas para obter a resposta efetiva às necessidades educacionais especiais do estudante.
- No que se refere à flexibilização curricular, as adaptações curriculares devem acontecer no nível do projeto pedagógico e focalizar principalmente a organização escolar e os serviços de apoio.

Os temas abaixo serão assuntos contemplados no conteúdo programático das disciplinas do curso:

- Educação das Relações Étnico-Raciais e o estudo de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (Resolução CNE nº 1/2004). Lei 10.639 de 09/01/2003; Lei 11.645 de 10/03/2008 também referendam essa parte. Tais conteúdos serão voltados à valorização dos fundamentos da cidadania, da democracia e dos direitos humanos, favorecendo uma atuação consciente do indivíduo na sociedade nacional. Esse conteúdo será contemplado na disciplina de Língua Portuguesa.

- Educação ambiental (Lei Nº 9.795/1999 e Decreto nº 4.281/2002). Em atendimento à Lei Nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002; Resolução CP/CNE Nº 2/2012, os cursos devem prever em seus projetos o trabalho com Educação Ambiental. Neste curso será abordado como conteúdo transversal nas disciplinas da área técnica.
- Direitos Humanos (Resolução Nº 1/2012). Em atendimento à Resolução Nº 1 de 30 de maio de 2012, os cursos devem atender às Diretrizes Nacionais para Educação em Direitos Humanos. Neste curso, será contemplado como conteúdo curricular na disciplina Língua Portuguesa.

A disciplina de LIBRAS será oferecida como Disciplina optativa e possui carga horária de 15 horas. A opção deve acontecer no momento da matrícula ou rematrícula.

Com o objetivo de atender ao Dec. Nº 5.626/2005, será ofertada aos educandos a disciplina de LIBRAS como optativa. Esta, além de tratar de aspectos linguísticos inerentes à Língua, ainda versará sobre a questão cultural, da importância de conhecimento acerca do universo do surdo, bem como da solidariedade e responsabilidade social acerca de inclusão do portador de deficiência no convívio sem qualquer sorte de preconceito ou tratamento desleal.

Os componentes curriculares que integram a base nacional comum e contribuem para consolidar a formação global dos estudantes, perfazem um total de 1320 horas sem LIBRAS e 1335 horas com LIBRAS.

Os componentes curriculares que integram a base nacional comum e contribuem para consolidar a formação global dos estudantes, perfazem um total de 1320 horas.

O currículo foi organizado atendendo aos passos previstos no Art. 22 da Resolução 06, de 20 de setembro de 2012 no que se refere ao planejamento.

Quadro 3 - Estrutura curricular: Técnico em Agropecuária Subsequente

Tipo de Formação	Componentes Curriculares	Carga Horária
Ensino Básico	Disciplinas do núcleo básico	60
Ensino Técnico	Disciplinas do núcleo profissional	1140
Estágio	Estágio Curricular Obrigatório	120
Total		1320
Disciplina Optativa - LIBRAS		15

Componentes do Núcleo Básico:

- Língua Portuguesa e Matemática

Componentes do Núcleo Profissional:

- Zootecnia I (Avicultura/Apicultura), Agricultura I (Olericultura e Jardinagem), Solos, Mecanização I, Topografia.
- Zootecnia II (Aquicultura/Suinocultura), Agricultura II (Culturas Anuais e Semi-Perenes), Mecanização I, Processamento de alimentos, Agroecologia, Segurança no Trabalho.
- Zootecnia III (Bovinocultura e Equinocultura), Mecanização II, Agricultura III (Culturas Perenes e Silvicultura), Receituário Agrônomo, Extensão/Administração, Irrigação/Drenagem.

Disciplina Optativa:

- LIBRAS

10.1 Atividade de ensino, pesquisa e extensão

Este curso de Técnico em Agropecuária atende à Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e o Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB), sobretudo no Art. 36 e a Resolução 06 de 2012.

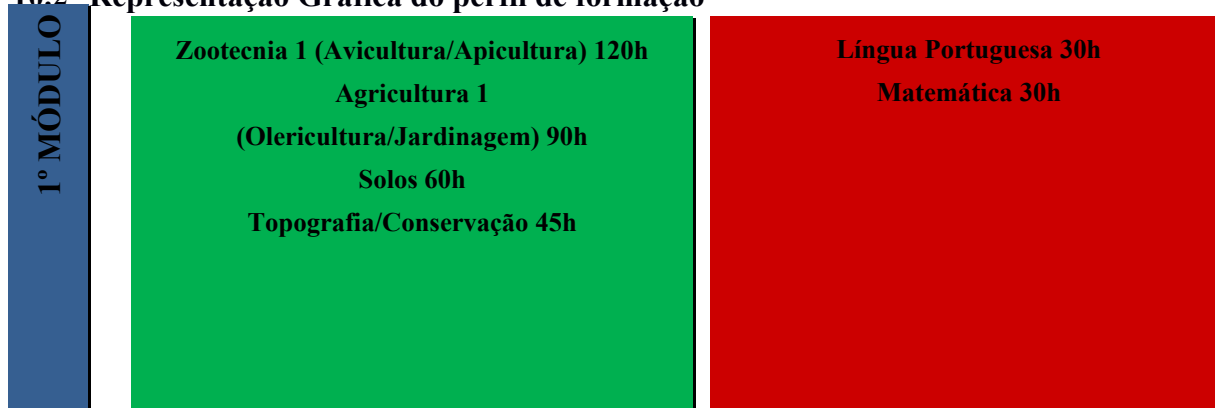
No que tange às atividades de ensino, vale destacar a multiplicidade de ações didáticas. Neste sentido, além da sala de aula, visitas técnicas, atividades em laboratórios, monitoria, atividades culturais e recreativas, a título de exemplo serão possibilidades didáticas com a finalidade de possibilitar ao educando o desenvolvimento intelectual e a aplicação destes no mundo.

Paralelo ao desenvolvimento do curso os educandos terão a oportunidade de conhecer as demandas e intervir em suas comunidades por meio das atividades de extensão e visitas técnicas exercitando-se, assim, a Extensão.

O Campus Machado executa projetos de pesquisa que se encontram vinculados aos

Projetos Institucionais do IFSULDEMINAS. A saber, os alunos, segundo a área de interesse, poderão se candidatar à bolsas de pesquisa de acordo com os editais de seleção de projetos institucionais. Ademais, os educandos poderão participar de grupos de estudos e pesquisas oferecidos pelos docentes do campus.

10.2 Representação Gráfica do perfil de formação






2º MÓDULO

Zootecnia 2
(Aqüicultura/Suinocultura) 120h
Agricultura 2
(Cultura Anuais/Semi perenes) 120h
Segurança no Trabalho 30h
Processamento de Alimentos
75h

3º MÓDULO

Zootecnia 3
(Bovinocultura/Equinocultura) 120h
Agricultura 3
(Culturas Perenes e Silvicultura) 120h
Extensão/Administração 45h
Mecanização 2 45h
Irrigação/Drenagem 60h
Receituário Agrônômico 60h

LIBRAS 15h

-
-  Disciplinas Profissionalizantes
 -  Disciplinas de Formação Básica
 -  Disciplina Optativa
-

10.3 Matriz Curricular

	Módulos	Áreas	Componentes curriculares	Número de aulas	Carga horária	
Base de Conhecimentos Científicos e Tecnológicos	1º	Profissional	Zootecnia 1(Avicultura/Apicultura)	8	120	
			Agricultura 1 (Olericultura e Jardinagem)	6	90	
			Solos	4	60	
			Topografia	3	45	
		Básica	Língua Portuguesa	2	30	
			Matemática	2	30	
		Subtotal			25	375
	2º	Profissional	Zootecnia 2 (Aquicultura/Suinocultura)	8	120	
			Agricultura 2 (Culturas Anuais e Semi-Perenes)	8	120	
			Processamento de Alimentos	5	75	
			Segurança no Trabalho	2	30	
			Agroecologia	2	30	
			Mecanização 1	2	30	
		Subtotal			27	405
	3º	Profissional	Zootecnia 3 (Bovinocultura e Equinocultura)	8	120	
			Agricultura 3 (Culturas Perenes e Silvicultura)	8	120	

		Extensão/Administração	3	45
		Mecanização 2	3	45
		Irrigação/Drenagem	4	60
		Receituário Agrônomo	2	30
		Subtotal	28	420
Carga Horária Total			1200	
Estágio Supervisionado			120	
Carga Horária Total do Curso			1320	
*Disciplina Optativa - LIBRAS			1	15

*A disciplina Libras será ofertada como disciplina optativa, no total de 15 horas, e será acrescentada à carga horária cumprida pelo estudante.

O currículo pleno do Ensino Profissionalizante ofertado, Técnico em Agropecuária modalidade subsequente, observa as determinações legais presentes, nos Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Profissional, Parecer CNE/CEB n.º 16/99, Resolução CNE/CEB n.º 04/99, no Decreto n.º 5.154/2004, na Resolução do Conselho Superior n.º 030, de 31/03/2010, bem como nas diretrizes definidas no Projeto Pedagógico do IFSULDEMINAS - Campus Machado.

11 EMENTÁRIO

11.1 Ementário das Disciplinas do Módulo 1

Nome da disciplina: Zootecnia I (Avicultura/Apicultura)			Módulo: 1º
Carga Horária: 120h	Teórica: 72h	Prática: 48h	Aula/semana: 8
Ementa: Avicultura de corte e postura: A cadeia avícola brasileira. Principais linhagens. Sistemas de criação. Instalações e dimensionamento. Equipamentos utilizados. Manejo nas diferentes fases da criação. Biossegurança. Índices produtivos. Apicultura: Realidade e perspectivas da Apicultura no Brasil. Fisiologia da abelha. Principais raças de abelhas e			

cruzamentos. Instalação e dimensionamento de Apiários. Principais equipamentos e utensílios. A colmeia racional. Produtos apícolas (formação, composição e processamento). Manejo apícola. Principais doenças em abelhas. Cunicultura: A importância da cunicultura. Raças e cruzamentos. Reprodução. Nutrição e alimentação. Instalações e equipamentos. Planejamento. Sanidade.

Bibliografia Básica:

COTTA, T. **Galinha: Produção de ovos**. Viçosa: Aprenda Fácil. 2002. 278p.

MENDES, A.A; NAAS, I.A; MACARI, M. **Produção de frangos de corte**. Campinas: FACTA, 2004, 356p.

NOGUEIRA-COUTO, R.H.; COUTO, L.A. **Apicultura: manejo e produtos**. 3 ed. Jaboticabal: FUNEP, 2006. 193p.

Bibliografia Complementar:

COTTA, T. **Produção de Pintinhos**. Viçosa: Aprenda Fácil. 2002.191p.

HELMUTH, W. **Novo Manual de Apicultura**. Guaíba: Editora Agropecuária. 1995.291p.

MELLO, H; SILVA. J.F.A **criação de coelhos**. Ed. Globo, 2ª ed. 2003.

OLIVEIRA, B.L. et. al. **Tecnologia de ovos**. Lavras: FAEPE. 2001. 75p.

VILLAS BÔAS, J. **Manual Tecnológico: mel de abelhas sem ferrão**. Brasília: ISPN. 2012. 95p.

Nome da disciplina: Agricultura I (Olericultura/Jardinagem)			Módulo: 1º
Carga Horária: 90h	Teórica: 60h	Prática: 30h	Aula/semana: 6
<p>Ementa: Fornecer aos alunos os elementos básicos necessários para o desenvolvimento de atividades na área de horticultura e jardinagem, com ênfase em planejamento de uma horta e jardim, produção de mudas de olerícolas e flores, sistemas de cultivo (estufas, solo e hidroponia), práticas culturais e colheita e pós colheita de hortaliças e flores.</p>			
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>FILGUEIRA, F.A.R. Novo Manual de Olericultura: Agrotecnologia moderna e comercialização de hortaliças. Viçosa: UFV, 2000, 402p.</p> <p>FORTES, V. M. Planejamento de Manutenção de Jardins. Viçosa: Aprenda Fácil, 2001. 153p.</p> <p>JÚNIOR, T. J. P.; VENZON, M. 101 Culturas: Manual de tecnologias agrícolas. Belo Horizonte: Epamig, 2007. 800 p.</p>			
<p>Bibliografia Complementar:</p> <p>FILGUEIRA, F.A.R. Solanáceas: Agrotecnologia moderna na produção de tomate, bata, pimentão, pimenta, berinjela e jiló. Lavras: UFLA, 2003, 332p.</p> <p>FILHO, J. A. L. Paisagismo. Viçosa: Aprenda Fácil, 2001. 163p.</p> <p>SOUZA, J. L. de; RESENDE, P. Manual de horticultura orgânica. Viçosa: Aprenda Fácil, 2003.564 p.</p> <p>SOUZA, R. J. de; MACHADO, A. Q.; GONÇALVES, L. D.; YURI, J. E.; MOTA, J. H.; RESENDE, G. M. de Cultura da cenoura. Lavras: Editora UFLA, 2002, 68 p.</p> <p>SOUZA, R.J. de; PASQUAL, M.; MACHADO, A.Q.; GONÇALVES, L. D. Cultura do alho. Lavras: UFLA/FAEPE, 2002, 90p.</p>			

Nome da disciplina: Solos			Módulo: 1 ^o
Carga Horária: 60h	Teórica: 50h	Prática: 10h	Aula/semana: 4
<p>Ementa: Processo de formação do solo e os diversos tipos de solo, características químicas e físicas do solo, coleta de amostras de solo e interpretação dos resultados da análise química, cálculo da quantidade de corretivos, condicionadores e fertilizantes minerais e orgânicos a serem aplicados no solo, tipos de fertilizantes, além dos nutrientes presentes em sua constituição. Práticas conservacionistas.</p>			
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>ANDRADE, H; POZZA, A.A.A. Solos: origem, componentes e organização. Lavras: UFLA/FAEPE, 2008. 137 p.</p> <p>NOVAIS, R.F. Fertilidade do solo e adubação. Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, Viçosa, UFV, 2007. 1017 p.</p> <p>PRADO, H. do. Solos do Brasil: gênese, morfologia, classificação, levantamento, manejo. 4. ed. rev. e ampl. Piracicaba: Fundag, 2005. 281 p.</p>			
<p>Bibliografia Complementar:</p> <p>MELLO, Francisco de A. F. de. Fertilidade do solo. 3. ed. São Paulo: Nobel, 1983. 400 p.</p> <p>MOREIRA, Fátima M. S; KASUYA, Maria Catarina Megumi (Ed.). Fertilidade e biologia do solo: integração e tecnologia para todos - volume 2. 1. ed. Viçosa: Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, 2017. 600 p.</p> <p>RIBEIRO, A.C.; GUIMARÃES, P.T.G.; ALVAREZ V., V.H. Recomendação para o uso de corretivos e fertilizantes para o Estado de Minas Gerais – 5^a. Aproximação. Comissão de Fertilidade do Solo do Estado de Minas Gerais, Viçosa, 1999. 359 p.</p> <p>VAN RAIJ, B.; CANTARELLA, H. Boletim Técnico 100 – Recomendações de Adubação e Calagem para o Estado de São Paulo – 2^a. Edição. IAC, Campinas, 1996. 285 p.</p> <p>VAN RAIJ, B. Gesso na agricultura. IAC, Campinas, 2008. 233 p.</p>			

Nome da disciplina: Topografia			Módulo: 1 ^o
Carga Horária: 45h	Teórica: 25h	Prática: 20h	Aula/semana: 3
<p>Ementa: Revisão de matemática aplicada à topografia. Ângulos topográficos: Azimute, Rumor. Escalas. Instrumentos utilizados em levantamentos topográficos. Curvas de nível. Nivelamento. Levantamentos planimétricos. Desenho topográfico. Memorial descritivo. Declividade. Práticas de conservação do solo. Reserva Legal e Área de Preservação Permanente de acordo com o Código Florestal. Educação Ambiental.</p>			
<p>Bibliografia Básica: COSTA, A. A. da. Topografia. Curitiba: Livro Técnico, 2011. GARCIA, G.J.; PIEDADE, G.C.R. Topografia aplicada às ciências agrárias.5.ed. São Paulo: Nobel, 1984. TULER, M. Fundamentos de topografia. 1. Porto Alegre: Bookman, 2013.</p>			
<p>Bibliografia Complementar: BAHIA, V. G.; RIBEIRO, M. A. Conservação do solo e preservação ambiental. Lavras: UFLA/FAEPE. 1997. CAMPOS NETTO, C. Desenho arquitetônico e design de interiores. São Paulo Erica, 2014. COMASTRI, J. A; TULER, J.C. Topografia: altimetria. 3. Ed. Viçosa: UFV, 1999. Editora. São Paulo, 1998. GARCIA, G.; PIEDADE, G. Topografia aplicada as ciências agrárias. Nobel GONZALEZ-GAUDIANO, E. Educação ambiental. Lisboa: Instituto Piaget, 2005. 258 p. (Horizontes pedagógicos).</p>			

Nome da disciplina: Língua Portuguesa			Módulo: 1º
Carga Horária: 30h	Teórica: 25h	Prática: 5h	Aula/semana: 2
<p>Ementa: Ler, interpretar e redigir textos, segundo a variedade culta formal da língua, seguindo os padrões técnicos e científicos das modalidades textuais. Aprimorar a linguagem oral e escrita. Valorização dos fundamentos da cidadania, da democracia e dos direitos humanos</p>			
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>CEGALLA, D. P. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2012. 693 p.</p> <p>OLIVEIRA, J. L.; CRAVEIRO, M.; CAMPETTI S., G. (Org.). Guia prático de leitura e escrita: redação, resumo técnico, ensaio, artigo, relatório. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2012. 143 p.</p> <p>TERRA, E. Curso prático de gramática. 6. ed. São Paulo: Scipione, 2011. 504 p</p> <p>ABREU, A. S. Curso de Redação. São Paulo: Ática, 2006.</p> <p>GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 12ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1985.</p> <p>PLATÃO, F. e FIORIN, J. L. Para entender o texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 1990.</p> <p>TUFANO, Douglas. Michaelis: Língua Portuguesa fácil: tira-dúvidas de redação. São Paulo: Melhoramentos, 2011.213 p.</p> <p>JELIN, E.; HERSHBERG, E. (Org.). Construindo a democracia: direitos humanos, cidadania e sociedade na américa latina. São Paulo: EdUSP, 2006. 334 p.</p>			

Nome da Disciplina: Matemática			Módulo: 1º
Carga Horária: 30h	Teórica: 20h	Prática: 10h	Aulas/Semana: 2
<p>Ementa: Unidades de medidas. Razão e proporção, grandezas diretamente e inversamente proporcionais, regra de três simples e composta. Noções do cálculo de áreas e volumes. Noções de matemática financeira. Resolução de problemas que envolvam o conceito de porcentagem, juros simples e juros compostos.</p>			
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>NASCIMENTO, S.V. Matemática do Ensino Fundamental e Médio Aplicada. Editora: Ciência Modera, 2012.</p> <p>QUEIROZ, A.M.N.P. Matemática Transparente ao Alcance de Todos. Editora: Livraria da Física, 2011.</p> <p>SMOLE, K.S; DINIZ, M.I. de S.V. Matemática ensino médio. 8.ed. São Paulo: Saraiva, 2013.</p>			
<p>Bibliografia Complementar:</p> <p>DANTE, L. R. Matemática. São Paulo: Ática, 2005. Volume único.</p> <p>FREITAS, L. S.; GARCIA, A. A. Matemática Passo a Passo. Editora: Avercamp, 2011.</p> <p>IEZZI, G.; DOLCE, O.; DEGENSZAJN, D.; PÉRIGO, R. Matemática: Volume Único, São Paulo: Editora Atual (Saraiva), 2007.</p> <p>MARTINS, J. F. C. Matemática Sem Fronteiras – Aritmética. Editora: Ciência Moderna, 2011.</p> <p>PAIVA, M. Matemática. Editora: Moderna, 2012.</p>			

11.2 Ementário das Disciplinas do Módulo 2

Nome da disciplina: Zootecnia 2 (Suinocultura/Aquicultura)			Módulo: 2º
Carga Horária: 120h	Teórica: 72h	Prática: 48h	Aula/semana: 8
<p>Ementa: Importância da suinocultura e aquicultura na pecuária nacional. Fatores que influenciam a eficiência do sistema produtivo: gestão, planejamento, manejo, nutrição, melhoramento genético, sanidade e reprodução. Introdução à aquicultura: mercado, limnologia, construções, instalações e equipamentos. Piscicultura: espécies que podem ser utilizadas, manejo e índices zootécnicos, anatomia e fisiologia, nutrição, sanidade, legislação, sustentabilidade e reprodução. Produção de outros seres aquáticos: carcinicultura, ranicultura, produção de algas, produção de peixes ornamentais, entre outros.</p>			
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>FERREIRA, H. A. et al. Produção de Suínos: Teoria e Prática. Brasília, DF, ABCS, 2014.</p> <p>MENEZES, J. R. R. de (colab.). Manual de criação de peixes. Campinas: Fundação Cargill, 1982 110 p.</p> <p>UPNMOOR, I. Produção de suínos: 4 volumes. 1ª Edição, Guaíba: Editora Agropecuária, 2000.</p>			
<p>Bibliografia Complementar:</p> <p>AYROZA, L. M. S. (Org.) SÃO PAULO (ESTADO) Coordenadoria de Assistência Técnica Integral. Piscicultura. Campinas, SP: CATI, 2011. xvi, 245 p. (Manual técnico CATI; n. 79).</p> <p>CAVALCANTI, S. S. Suinocultura dinâmica. 2. ed. Belo Horizonte: FEP MVZ, 2000. 494 p.</p> <p>FIALHO, E. T. SILVA, H. O. ZANGERONIMO, M.G.; AMARAL, N.O.; RODRIGUES, P.B. CANTARELLI, V.S. Alimentos alternativos para suínos. 232p, Lavras, 2009.</p> <p>LOGATO, P. V. R. Nutrição e alimentação de peixes de água doce. Lavras: UFLA/FAEPE, 1999 136 p.</p> <p>SOBESTIANSKY, J. WENTZ, I. SILVEIRA, P. R. S. SESTI, L. A. C. Suinocultura intensiva: produção, manejo e saúde do rebanho. 1 ed., 388p, Concórdia, 1998.</p>			

Nome da Disciplina: Agricultura 2 (Culturas Anuais/Semi-Perenes)			Módulo: 2º
Carga Horária: 120h	Teórica: 100h	Prática: 20h	Aulas/Semana: 8
<p>Ementa: Culturas da soja; feijão; milho; mandioca e cana-de-açúcar. Histórico, origem e importância no Brasil e no mundo. Botânica, morfologia, fenologia e fisiologia. Qualidade de sementes. Produção de mudas. Condições edafoclimáticas de cultivo. Preparo de solo e processo de semeadura/plantio. Nutrição e fertilidade. Épocas de semeadura/plantio. Variedades, cultivares e híbridos. População e densidade de semeadura/plantio. Pragas, doenças e plantas daninhas. Colheita e pós-colheita. Mercado e comercialização.</p>			
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>BORÉM, Aluizio; GALVÃO, João Carlos Cardoso; PIMENTEL, Marco Aurélio (Ed.). Milho: do plantio à colheita. 2. ed. Viçosa: Ed. UFV, 2017. 382p.</p> <p>SEDIYAMA, Tuneo; SILVA, Felipe; BORÉM, Aluizio (Ed.). Soja: do plantio à colheita. Viçosa: Ed. UFV, 2015. 333 p. ISBN 978-85-7269-519-0 (broch.).</p> <p>SANTOS, Fernando; BORÉM, Aluizio (Ed.). Cana-de-açúcar: do plantio à colheita. Viçosa: UFV, 2016. 290 p. ISBN 978-85-7269-540-4 (broch.).</p>			
<p>Bibliografia Complementar:</p> <p>SANTOS, Fernando; BORÉM, Aluizio; CALDAS, Celso (Ed.). Cana-de-açúcar, bioenergia, açúcar e etanol: tecnologias e perspectivas. 2. ed. rev. e ampl. Viçosa: Os Editores, 2012. 637 p. ISBN 978-85-60249-39-8 (broch.).</p> <p>CARNEIRO, José Eustáquio de Souza; PAULA JÚNIOR, Trazilbo José de; BORÉM, Aluizio (Ed.). Feijão: do plantio à colheita. Viçosa: Ed. UFV, 2015 384p. ISBN 978-85-7269-513-8 (broch.).</p> <p>CARVALHO, Nelson Moreira de; NAKAGAWA, João (Ed.). Sementes: ciência, tecnologia e produção. 5. ed. Jaboticabal: Funep, 2012. 590 p. ISBN 978-85-7805-090-0 (broch.).</p> <p>BUENO., Adeney de Freitas et al. Soja: manejo integrado de insetos e outros artrópodes-pragas. Brasília 859 p. ISBN 9788570351395.</p> <p>LIMA FILHO, Oscar Fontão de (Ed.) et al. Adubação verde e as plantas de cobertura no Brasil: fundamentos e prática. Brasília: EMBRAPA, 2014. 507 p. (1). ISBN 978-85-7035-313-9 (broch.).</p>			

Nome da disciplina: Processamento de Alimentos			Módulo: 2 ^o
Carga Horária: 75h	Teórica: 40h	Prática: 35h	Aula/semana: 5
<p>Ementa: Leite: Introdução, histórico do consumo, definição, composição química do leite, glândula mamária e secreção do leite, ordenha, fluxograma da produção de leite, tipos de leite, tratamento do leite, apresentação no mercado, conservação, higiene na indústria de leite e derivados, microbiologia do leite, análise do leite, fraude. Carne: Histórico do consumo de carne, a carne como alimento, composição, estrutura da carne, conversão do músculo em carne, processos tecnológicos, aspectos higiênicos sanitários da carne, processamento de derivados, abate, desossa. Noções básicas de pós-colheita de frutas e hortaliças. Definição e classificação de frutas e hortaliças Estádios de desenvolvimento de frutas. Mudanças durante a maturação. Frutos climatéricos e não climatéricos. Etileno: importância na pós-colheita de frutas e hortaliças. Conservação pós-colheita de frutas e hortaliças. Métodos de extensão da vida-de-prateleira. Processamento mínimo de frutas e hortaliças. Etapas do processamento mínimo. Métodos de extensão da vida útil de minimamente processados. Atributos de qualidade de frutas e hortaliças. Tecnologia do processamento de conservas de frutas e hortaliças.</p>			
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>OETTERER, M.; REGITANO-D'ARCE, M.A.B.; SPOTO, M.H.F. Fundamentos de ciência e tecnologia de alimentos. São Paulo: Manole, 2006. 612 p.</p> <p>ORDÓÑEZ, J. A. Tecnologia de Alimentos: Alimentos de Origem Animal. Vol 2. Porto Alegre: Artmed, 2005.</p> <p>PARDI, M. C.; SANTOS, I. F. dos; SOUZA, E. R.; PARDI, H. S. Ciência, higiene e tecnologia da carne. Goiânia: CEGRAF - UFG / Niterói: EDUF,v.1, 1993. 586p.</p>			
<p>Bibliografia Complementar:</p> <p>BRESSAN, M. C. Legislação de alimentos de origem animal. Lavras: UFLA/FAEPE, 2002.</p> <p>EVANGELISTA, J. Tecnologia de Alimentos. 2 ed. São Paulo: Atheneu, 2000.</p> <p>FELLOWS, P.J. Tecnologia do processamento de alimentos: Princípio e prática. São Paulo: Artmed, 2006. 602 p.</p> <p>GAVA, A.J. Tecnologia de alimentos: princípios e aplicações. São Paulo: Nobel, 2009. 512 p.</p> <p>GOMES, J.C. Legislação de alimentos e bebidas. Viçosa: UFV. 2007. 635 p.</p> <p>Base de dados de artigos na internet. Legislação: ANVISA e MAPA.</p>			

Nome da disciplina:	Segurança no Trabalho		Módulo: 2º
Carga Horária: 30h	Teórica: 25h	Prática: 5h	Aula/semana: 2
<p>Ementa: Introdução à segurança do trabalho. Acidentes do trabalho e doenças profissionais. Riscos ambientais. Comissão interna de prevenção de acidentes (CIPA). Serviço especializado em engenharia de segurança e em medicina do trabalho (SESMT). Programa de controle médico e saúde ocupacional (PCMSO). Exames médicos (clínicos e complementares). Atestado de saúde ocupacional (ASO). Programa de prevenção de riscos ambientais (PPRA). Laudo técnico das condições ambientais do trabalho (LTCAT). Perfil profissiográfico profissional (PPP). Inspeções de segurança e investigação de acidentes. Proteção individual e coletiva (EPI e EPC). Avaliação ergonômica nos ambientes de trabalho. Rotinas, protocolos de trabalho, instalações e equipamentos. Sinalização nos ambientes de trabalho. Critérios básicos para escolha dos equipamentos de proteção individual, os de higiene ocupacional e os de combate a incêndios. Mapa de riscos. Sinalização de segurança. Proteção contra incêndios e explosões. Legislação e normas regulamentadoras.</p>			
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>ATLAS. Manual de legislação de segurança e medicina do trabalho. 59ª ed. Editora Atlas – São Paulo 2006.</p> <p>GARCIA, G. F. B. Legislação de segurança e medicina do trabalho. 2ª ed. Editora Método - São Paulo, 2008.</p> <p>SARAIVA. Segurança e Medicina do Trabalho. 7ª ed. Editora Saraiva – São Paulo, 2011.</p>			
<p>Bibliografia Complementar:</p> <p>ABRANTES, A. F. Atualidades em ergonomia – Logística, movimentação de materiais, engenharia industrial, escritórios. São Paulo: IMAM, 2004.</p> <p>CAMPOS. A. et al Prevenção e controle de riscos em máquinas, equipamentos e instalações. São Paulo; editora Senac Pão Paulo, 2006.</p> <p>MEIREILLES, C. E. et al. Manual de prevenção de acidentes para o trabalhador rural. São Paulo, Fundacentro, 1991. Apostila elaborada pelo Professor.</p> <p>SALIBA, T. M., et al. Higiene do trabalho e PPRA. São Paulo: LTr, 1997.</p> <p>SALIBA, T. M. Manual prático de avaliação e controle de poeiras e outros particulados: PPRA. 3ª ed. São Paulo: LTr, 2007.</p>			

Nome da disciplina: Agroecologia			Módulo: 2º
Carga Horária: 30h	Teórica: 18h	Prática: 12h	Aula/semana: 2
<p>Ementa: Conceituação, histórico e princípios da Agroecologia. A ciência agroecológica como ferramenta para a viabilização de serviços ambientais na recuperação de solos, da biodiversidade, do equilíbrio biológico em agroecossistemas e na produção saudável de alimentos, fibra e matéria prima para energia. Histórico da agricultura, Agriculturas alternativas. Agroecologia e Agricultura Familiar; Soberania/Segurança alimentar. Desenvolvimento Rural, Políticas Públicas para a agricultura familiar. Sementes crioulas. Agroecossistemas: estrutura e funcionamento em contraposição aos sistemas naturais. Manejo ecológico dos solos. Manejo do solo, adubação e nutrição vegetal. Adubação verde/compostagem Teoria da trofobiose. Biodiversidade e manejo de pragas. Manejo ecológico de pragas, doenças e plantas espontâneas. Manejo e implantação de sistemas agroflorestais. Transição para um sistema agroecológico. Sustentabilidade em agroecossistemas. Indicadores de sustentabilidade. Técnicas de Produção orgânica. Certificação e sistemas participativos de garantia. Mercado Justo. Agricultura Urbana. Fichas agroecológicas para elaboração de composto orgânico, biofertilizantes e caldas fitoprotetoras.</p>			
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>ARL, V.; RINKLIN, H. Livro verde 2 – Agroecologia. Passo Fundo-RS: Ed. CEPAGRI – Terra Nova, 1997. 68p.</p> <p>PADOVAN, M.P. Agroecologia em Mato Grosso do Sul: princípios, fundamentos e experiências. Dourados: Mato Grosso do Sul, Editora Embrapa Agropecuária Oeste, 2005. 127p.</p> <p>ODUM, E.P. Ecologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010. 434p. NANNETTI, D.C. Nitrogênio e potássio aplicados via fertirrigação na produção nutrição e pós colheita do pimentão. Lavras, Editora UFLA, 2001. 183p.</p>			
<p>Bibliografia Complementar:</p> <p>ALTIERI, M. A. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 3.ed. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, 2001. (Síntese Universitária, 54).</p> <p>CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e Extensão Rural: Contribuições para a promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável. Brasília: MDA/SAF/DATER - IICA, 2004.</p> <p>CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova Extensão Rural. Em: ETGES, V. E. (org.). Desenvolvimento rural: potencialidades em questão. Santa Cruz do Sul: EDUSC, 2001. p.19-52.</p> <p>PENTEADO, S. R. Defensivos alternativos e naturais: para uma agricultura</p>			

sustentável. Via verde-Fraga e Penteado, 2006. 150 p.

SAUER, S.; BALESTRO, M. V. (Org.). **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica.** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013. 317 p

Nome da disciplina: Mecanização 1			Módulo: 2 ^o
Carga Horária: 30h	Teórica: 20h	Prática: 10h	Aula/semana: 2
Ementa: Noções de motores do ciclo Otto e ciclo diesel; Motores de 2 e de 4 tempos elementos e Sistemas auxiliares de um motor de combustão interna. Elementos de transmissão; Classificação de tratores; Rodados, Lastragem e bitola; Manutenção de máquinas agrícolas; Custo da mecanização agrícola.			
Bibliografia Básica: GADANHA Jr., J.P. MOLIN; J.L.D. COELHO; C.H. YAHN; S.M.A. TOMIMORI. Máquinas e implementos agrícolas do Brasil. NSI-MA/CIENTEC/IPT, São Paulo, 468 p. 1991. MIALHE, L. G. Manual de mecanização agrícola. São Paulo. Ceres. 297 p. 1974. _____. Máquinas agrícolas: ensaios e certificação. CNPq/PADCT/TIB/FEALQ, Piracicaba, 1996. 772p.			
Bibliografia Complementar: DA SILVEIRA, G. M. Os cuidados com o trator. Ed. Aprenda Fácil, 309 p. 2001. LILJEDAHN, J. B.; TURNQUIST, P.K.; SMITH, D. W.; HOKI, M. Tractors and their power units. AVI, 1989. RIPOLI, T.C. Coletânea de artigos de mecanização e máquinas agrícolas. Vol. I a V. ESALQ, Piracicaba. 1985 a 1996. RIPOLI, T.C.C; RIPOLI, M.L.C. Biomassa de cana-de-açúcar: colheita, energia e ambiente. Ed.Aut. Piracicaba. 2004. 302 p. RIPOLI, T.C.C.; MOLINA JR., W.F.; RIPOLI, M.L.C. Manual prático do agricultor: máquinas agrícolas. V.1. Ed. aut.. Piracicaba, 2005. 188 p.			

11.3 Ementário das Disciplinas do Módulo 3

Nome da disciplina: Zootecnia 3 (Bovinocultura/Equinocultura)			Módulo: 3 ^o
Carga Horária: 120h	Teórica: 60h	Prática: 60h	Aula/semana: 8
<p>Ementa: Características da produção de bovinos e equinos. Planejamento da produção de bovinos e equinos. Raças e melhoramento genético de bovinos e equinos. Aspectos gerais da reprodução e manejo reprodutivo de bovinos e equinos. Manejo do nascimento às fases produtivas de bovinos e equinos. Sustentabilidade do sistema produtivo de bovinos e equinos. Processamento do leite, da carne e seus derivados. Forragicultura. Evolução e história da equinocultura. Anatomia de equinos. Construções, instalações e ambiência para equinos. Cromotricologia em equinos. Raças de equinos. Nutrição de equinos. Reprodução de equinos. Principais doenças na equinocultura. Ezoognosia de equinos. Equipamentos utilizados na equinocultura. Andamentos e doma racional. Equitação e esportes equestres.</p>			
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>CINTRA, A. G. de C. O cavalo – características, manejo e alimentação. Editora Roca: São Paulo, 364p., 2010.</p> <p>HOLMES, C. W.; WILSON, G. F. Produção de leite à pasto. Campinas: Instituto Campineiro de Ensino Agrícola, 1989. 708 p.</p> <p>MARQUES, A. de P.; MARQUES JR, A. de P.; FERREIRA, P. M.; et al. Criação de bovinos. 4. ed. Belo Horizonte: UFMG, 1981. 479 p.</p>			
<p>Bibliografia Complementar:</p> <p>BECK, S. L. & CINTRA, A. G. Manual de gerenciamento equestre – textos, tabelas, planilhas. 181 p., 2012.</p> <p>FRAPE, D. Nutrição e alimentação de equinos. Terceira edição, Editora Roca Ltda, São Paulo – SP, 589 p., 2007.</p> <p>LEY, W. B. Reprodução em éguas: para veterinários de equinos. Editora Roca Ltda, São Paulo – SP, 220 p., 2000.</p> <p>Mendes, A. P.; Moura, J. C.; Faria, V. P Bovinocultura Leiteira: fundamentos de exploração racional. 3.ed. Editores: Piracicaba: FEALQ, 1987. 580 p.</p> <p>VAN SOEST, P. Nutricional ecology the of ruminant. Ithaca. Cornell University Press, 1994.</p>			

Nome da disciplina: Agricultura 3

(Culturas Perenes e Silvicultura)

Módulo: 3º

Carga Horária: 120h

Teórica: 80h

Prática: 40h

Aula/semana: 8

Ementa: Introdução e histórico – origem e dispersão. Importância do agronegócio café no Mundo, Brasil e MG – perspectivas da cafeicultura. Botânica, morfologia e fisiologia Clima e solo – exigências edafoclimáticas. Tecnologia e manejo do cafeeiro – produção de sementes e mudas, implantação e condução. Nutrição e adubação. Tratos culturais e fitossanitários – doenças, pragas e anomalias fisiológicas. Sistemas e manejo da poda. Culturas intercalares e consorciação. Arborização e sombreamento. Produção de café orgânico, sustentável e familiar. Colheita, processamento pós colheita, secagem, armazenamento e beneficiamento. Classificação e degustação. Industrialização e comercialização do café. Origem, dispersão, desenvolvimento, importância e perspectivas da fruticultura (clima tropical, subtropical e de clima temperado); caracterização morfologia, hábitos de crescimento, florescimento e frutificação de espécies frutíferas; exigências edafoclimáticas, suas influências sobre o ciclo das frutíferas, produção, produtividade e qualidade e a propagação, implantação, condução, tratos fitossanitários, colheita, cuidados pós colheita e comercialização espécies frutíferas. Introdução à Silvicultura, implantação e condução de povoamentos florestais.

Bibliografia Básica:

ARAUJO, I. S.; OLIVEIRA, I. M.; ALVES, K. S. **Silvicultura: conceitos, regeneração da mata ciliar, produção de mudas florestais e unidades de conservação ambiental**. 1. ed. São Paulo: Érica, 2015 128 p

MATIELLO, J.B et al. **Cultura do café no Brasil: Manual de recomendações**. Rio de Janeiro e Varginha. Fundação Procafé. 2015, 543 p.

SIMÃO, S. **Tratado de Fruticultura**. Piracicaba: FEALQ, 1998.

Bibliografia Complementar:

CARVALHO, C.H.S de. **Cultivares de café: origem, características e recomendações**. Brasília, Embrapa Café. 2008, 334 p.

FACJINELLO C. J.; HOFFMANN, A.; NACHTIGAL, C. J. **Propagação de Plantas Frutíferas**. Brasília: Embrapa, 2005.

MELETTI, L M M. **Propagação de plantas frutíferas**. Guaíba: Agropecuária, 2000.

SOUSA, J S I de. Poda das plantas frutíferas. São Paulo: Nobel, 1983.

PADOVANI, M I. **Banana: Um mercado crescente para este alimento milenar**. São Paulo: Ícone, 1989.

PEDINI, S. e CAIXETA, I.F. **Cafeicultura Orgânica, apostila**. Curso de Especialização em Cafeicultura Orgânica. FEM/ESACMA. Machado. 2001

Nome da disciplina: Extensão/Administração

Módulo: 3º

Carga Horária: 45h

Teórica: 35h

Prática: 10h

Aula/semana: 3

Ementa: Origem e desenvolvimento da extensão rural. A atividade de extensão rural no Brasil. Aspectos sociológicos da comunidade rural. Impactos tecnológicos no meio rural. Organizações e administração. Funções organizacionais. Desempenho nas organizações. Processo decisório e resolução de problemas. Ferramentas administrativas.

Bibliografia básica

CORRÊA, H. L.; CORRÊA, C. A. **Administração de produção e operações**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MAXIMIANO, A. C. A. **Introdução à administração**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SCHMITZ, H. (Org.). **Agricultura familiar: extensão rural e pesquisa participativa**. São Paulo: Annablume, 2010.

Bibliografia complementar

ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. **Reconstruindo a Agricultura: Ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: Universidade/UFRGS, 1998.

DORNELAS, José Carlos de Assis. **Empreendedorismo**. São Paulo: Elsevier, 2005.

GITMAN, L. J. **Princípios de administração financeira**. 12 ed. São Paulo. Pearson Education do Brasil, 2010.

KOTLER, P.; ARMISTRONG, G. **Princípios de Marketing**. 12 ed. Prentice Hall, 2008.

NEVES, M. F. **Agronegócios e desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Atlas, 2007.

Nome da disciplina: Mecanização 2			Módulo: 3º
Carga Horária: 45h	Teórica: 20h	Prática: 25h	Aula/semana: 3
<p>Ementa: Conhecer e identificar os sistemas que compõem os implementos agrícolas, como fazer sua correta manutenção e regulagem, calibragem de pulverizadores, funcionamento e regulagem de semeadoras, funcionamento de grades, arados e subsoladores.</p>			
<p>Bibliografia básica</p> <p>GADANHA Jr., J.P. MOLIN; J.L.D. COELHO; C.H. YAHN; S.M.A. TOMIMORI. Máquinas e implementos agrícolas do Brasil. NSI-MA/CIENTEC/IPT, São Paulo, 468 p. 1991.</p> <p>MIALHE. L.G. Manual de mecanização agrícola. São Paulo. Ceres. 297 p. 1974.</p> <p>_____. Máquinas agrícolas: ensaios e certificação. CNPq/PADCT/TIB/FEALQ, Piracicaba, 1996.</p>			
<p>Bibliografia complementar</p> <p>BALASTREIRE, L. A. Máquinas Agrícolas. São Paulo, Manole, 1987.</p> <p>PORTELLA, J.A. Semeadoras para plantio direto. Aprenda fácil, p. 252. Viçosa, 2001.</p> <p>RIPOLI, T.C. Coletânea de artigos de mecanização e máquinas agrícolas. Vol. I a V. ESALQ, Piracicaba. 1985 a 1996.</p> <p>RIPOLI, T.C.C.; MOLINA JR., W.F.; RIPOLI, M.L.C. Manual prático do agricultor: máquinas agrícolas. V.1. Ed. aut. Piracicaba, 2005. 188 p.</p> <p>SILVEIRA, G.M. Máquinas para plantio e condução de culturas. Viçosa: Aprenda fácil, 2001. 336p.</p>			

Nome da disciplina: Irrigação/Drenagem			Módulo: 3 ^o
Carga Horária: 60h	Teórica: 40h	Prática: 20h	Aula/semana: 4
<p>Ementa: Hidráulica: conceito, importância no contexto da irrigação; Hidrostática: pressão dos fluidos, pressão efetiva e absoluta, determinação da pressão, conversão de unidades de pressão, expressão da energia na forma de carga hidráulica; Hidrodinâmica: vazão, determinação da vazão e sua importância no dimensionamento de sistemas de irrigação; perda de carga; Água no solo: formas de armazenamento da água armazenada no solo, Relação água-solo-planta-atmosfera: evapotranspiração, Métodos de irrigação: Irrigação por aspersão, irrigação localizada e irrigação por superfície; Sistemas de irrigação: Aspersão convencional, sistemas de irrigação com movimentação contínua, irrigação por gotejamento e por micro aspersão; Noções de projetos de sistema de irrigação: dimensionamento básico de sistemas de irrigação; Drenagem agrícola: conceito, importância, sistemas de drenagem..</p>			
<p>Bibliografia Básica: AZEVEDO NETTO, J.M. & ALVAREZ, G.A. Manual de Hidráulica. 7^a. Ed. São Paulo: Editora Edgard Blucher, 1991. 335p. BERNARDO, S.; SOAREAS, A.A.; MANTOVANI, E.C. Manual de irrigação. 8^a. Ed. Viçosa: Editora Viçosa, 2006. 625 p. DAKER, A. Irrigação e Drenagem. Água na Agricultura – 3^o. Vol., 6^a. Ed., Rio de Janeiro: Editora Freitas Bastos, 1984. 534 p.</p>			
<p>Bibliografia Complementar: ALBUQUERQUE, P.E.P.; DURÃES, F.O.M. (Eds.). Uso e manejo de irrigação. Brasília: Embrapa, 2008. 528p. LOPES, J.D.S.; LIMA, F.Z.; OLIVEIRA, F.G. Irrigação por aspersão convencional. Viçosa: Aprenda Fácil. 2009. 333p. MANTOVANI, E. C.; BERNARDO, S.; PALARETTI, L.F. Irrigação: princípios e métodos. 3^a. Ed. 2009. Editora UFV. 335p. MILLAR, A.A. Drenagem de terras agrícolas: bases agronômicas. Editerra editorial, Brasília, 1988, 306p. OLITA, A. F. L. Os métodos de irrigação. NOBEL, São Paulo, 1978.</p>			

Nome da disciplina: Receituário Agrônomo			Módulo: 3 ^o
Carga Horária: 30h	Teórica: 20h	Prática: 10h	Aula/semana: 2
<p>Ementa: Conceito de receituário e agrotóxico; Legislação sobre produtos fitossanitários;</p>			

Ingrediente ativo, formulações e classificação dos produtos fitossanitários; Toxicidade dos produtos fitossanitários; Normas para a escolha, aquisição, transporte, armazenamento e manuseio dos produtos fitossanitários; Tecnologia de aplicação dos produtos fitossanitários; Prescrição técnica; Equipamentos de proteção individual (EPI).

Bibliografia Básica:

GELMINI, G.A. et al. **Agrotóxicos e afins:** coletânea de legislação básica e correlata. Campinas: Coordenadoria de Defesa Agropecuária, 2004. Tomo V. 225 p.

SAMPAIO, D.P.A.; GUERRA, M.S. **Receituário Agrônomo:** guia prático para a nova lei dos agrotóxicos. 2. ed. São Paulo: Globo, 1991. 436 p.

ZAMBOLIM, L.; ZUPPI, M.C.; SANTIAGO, C.T. **O que os Engenheiros Agrônomos devem saber para orientar o uso de produtos fitossanitários.** São Paulo: ANDEF, 2003. 375 p.

Bibliografia Complementar:

BERGAMIN FILHO, A.; KIMATI, H.; AMORIM, L. **Manual de fitopatologia:** princípios e conceitos. v. 1. 3. ed. São Paulo: Agronômica Ceres, 1995. 919 p.

GALLO, D. et al. **Entomologia agrícola.** Piracicaba: Fealq, 2002. 920 p.

RODRIGUES, B.N.; ALMEIDA, F.S. **Guia de herbicidas.** 5. ed. Londrina: Autores, 2005. 592 p.

VALE, F.X.R.; ZAMBOLIM, L. **Controle de doenças de plantas:** grandes culturas. v. 1. Viçosa: UFV, 1997. 554 p.

ZAMBOLIM, L. **Manejo integrado:** doenças, pragas e plantas daninhas. Viçosa: UFV, 2000. 416 p.

Nome da Disciplina: LIBRAS			Ano: Optativa
Carga Horária: 15h	Teórica: 15h	Prática: 0h	Aulas/Semana: 1
<p>Ementa:</p> <p>LIBRAS em contexto. Estratégias para aprendizagem da língua de sinais. Alfabeto e numerais manuais. Gramática: pronomes na LIBRAS, verbos, advérbios, classificadores e adjetivos em Libras. Mundo do surdo: cultura e comunidade, produção linguística e educação. Dinâmicas relacionadas à língua de sinais. Membros familiares. Sinais relacionados a meios de comunicação.</p>			
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>FALCÃO, L. A. B. Surdez cognição visual e libras: estabelecendo novos diálogos. 2. ed. Recife, 2011.</p> <p>GESSER, A. Libras? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.</p> <p>LACERDA, C. B. F. Intérprete de libras em atuação na educação infantil e no ensino fundamental. Porto Alegre: Mediação, 2009.</p>			
<p>Bibliografia Complementar:</p> <p>BIANCHETTI, L.; FREIRE, I. M. Um olhar sobre a diferença: interação, trabalho e cidadania. Campinas: Papyrus, 1998.</p> <p>HONORA, M; FRIZANCO, M. L. E. Livro ilustrado de língua brasileira de sinais: desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez. São Paulo, Ciranda Cultural, 2009.</p> <p>LACERDA, C. B. F. Uma escola duas línguas. Porto Alegre: Mediação, 2009.</p> <p>LODI, A.C B.; LACERDA, C. B. F. Uma escola duas línguas. Letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização. Porto Alegre: Mediação, 2009.</p> <p>SANTOS, J. Língua brasileira de sinais: conhecendo e brincando: LIBRAS. Instituto Nacional de Educação de Surdos, 2004.</p>			

12 METODOLOGIA

Em virtude da multiplicidade de áreas (disciplinas), bem como pela especificidade de cada docente, a metodologia não será ortodoxa. Antes, em conformidade com as características de cada área, poder-se-á aplicar a melhor proposta metodológica. Nesse sentido, além das aulas expositivas, serão utilizadas atividades de pesquisas domiciliares e na biblioteca local, atividades laboratoriais acompanhadas de relatórios.

O desenvolvimento das atividades pedagógicas privilegiará a integração metodológica e disciplinar, por meio do trabalho conjunto entre docentes de áreas distintas. Outrossim, utilizar-se-á o planejamento anual e os conselhos de classe para promover a aproximação e organização de atividades multidisciplinares. Entretanto, apesar do interesse na integração entre saberes, não se olvidará das especificidades metodológicas de cada área do saber. Assim, no desenvolvimento das atividades articularão os interesses acerca das vertentes inerentes às metodologias integradoras (projetos, atividades multi-inter-transdisciplinares).

Com a ajuda do professor em atividades orientadas, suporte pedagógico fornecido em aulas expositivas e com a realização de práticas de aplicação do conteúdo estudado, o educando deverá desenvolver as habilidades almejadas para a referida área do saber. E, neste ínterim, pela aplicação, realização de atividades práticas ou atividades laboratoriais, almeja-se que o aluno consiga o desenvolvimento das competências necessárias à convivência social, à vida laboral e à sequência de seus estudos.

No âmbito do convívio do espaço escolar, entende-se que as relações que se estabelecem no processo de ensino e aprendizagem não se encerram nos momentos em que o aluno se encontra com o professor. Sendo assim, campanhas integradoras que tratem de direitos humanos, acessibilidade, ética, diversidade e alteridade possibilitarão a

conscientização dos educandos para conviverem em todos os espaços e com todas as pessoas. O altruísmo e o respeito à diversidade são incentivados por meio da solidariedade, preservação do bem público, além disso, deseja-se aplicar pressupostos de aspectos referentes à acessibilidade pedagógica e atitudinal.

12.1 Procedimentos pedagógicos

Para o desenvolvimento desta Proposta Pedagógica serão adotadas estratégias diversificadas, que possibilitem a participação ativa dos alunos para que desenvolvam as competências necessárias às atividades relacionadas com seu campo de trabalho, tais como: nivelamento nas disciplinas de Língua Portuguesa e de Matemática, análise e solução de problemas; estudo de casos; exposições dialogadas; palestras; visitas técnicas orientadas; pesquisas; projetos e outros que integrem conhecimentos, habilidades e valores inerentes à ocupação e que focalizem o contexto do trabalho, estimulando o raciocínio para solução de problemas e a construção do conhecimento. Tais estratégias devem possibilitar flexibilidade de comportamento e de autodesenvolvimento do aluno no que diz respeito às diversidades e às novas técnicas e tecnologias adotadas em situações reais de trabalho, com avaliação contínua e sistemática, voltada para a aprendizagem com autonomia. Ao longo do curso os alunos realizarão visitas técnicas, sob a supervisão e a orientação dos docentes, de modo a propiciar condições para a contextualização das atividades realizadas e dos trabalhos previstos, tendo em vista a necessidade de aproximação com o mundo real do trabalho, para o desenvolvimento de competências.

Os procedimentos didático-pedagógicos devem auxiliar os alunos nas suas construções intelectuais, procedimentos e atitudinais. Para tanto, propõe-se para os docentes:

- elaborar e executar o planejamento, registro e análise das aulas realizadas, ministrando-as de forma interativa por meio do desenvolvimento de projetos, seminários, debates, atividades individuais e, em alguns momentos, atividades em grupo;
- problematizar o conhecimento, sem se esquecer de considerar os diferentes ritmos de aprendizagens e a subjetividade do aluno, incentivando-o a buscar a confirmação do que estuda em diferentes fontes;
- entender a totalidade como uma síntese das múltiplas relações que o homem estabelece na sociedade, articulando e integrando os conhecimentos de diferentes

áreas;

- elaborar materiais impressos a serem trabalhados em aulas expositivas dialogadas e atividades em grupo;
- utilizar recursos tecnológicos para subsidiar as atividades pedagógicas.

13 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Estágio é o ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa a preparação para o trabalho produtivo, além de integrar o itinerário formativo do educando. O estágio dá aos educandos a oportunidade da visão real e crítica do que acontece fora do ambiente escolar e possibilita adquirir experiência por meio do convívio com situações interpessoais, tecnológicas e científicas; como também é a oportunidade para que os educandos apliquem em situações concretas os conhecimentos adquiridos nas aulas teóricas, de maneira que possam vivenciar no dia a dia a teoria, absorvendo melhor os conhecimentos, podendo refletir e confirmar a sua escolha profissional. O Estágio Supervisionado do Curso Técnico em Agropecuária do IFSULDEMINAS –Campus Machado terá a duração de 120 horas. Conforme consta na Lei nº. 11. 788, de 25 de setembro de 2008, a jornada em atividade de estágio, em período de atividades escolares, não pode ultrapassar 6 (seis) horas diárias ou 30 (trinta) horas semanais. Já nos períodos que não estão programadas aulas presenciais, a jornada pode ser de até 40 (quarenta) horas semanais.

O Estágio deverá ser realizado em ambiente extraescolar, ou seja, em pessoas jurídicas de direito privado ou em órgãos da administração pública, bem como com profissionais liberais de nível superior devidamente registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional, podendo também ser realizado no próprio campus até 50% (cinquenta por cento) da carga horária total, desde que desenvolvidas atividades na linha de formação do educando. São requisitos para realização do estágio a matrícula, a frequência, a conclusão do primeiro semestre do curso e o Termo de Compromisso de Estágio, sendo acompanhado de forma efetiva pelo professor orientador da instituição de ensino e por supervisor da parte concedente. A avaliação e o registro da carga horária do estágio só ocorrerão, quando a Instituição concordar com os termos da sua realização, que deverá estar de acordo com a Proposta Político-pedagógica do IFSULDEMINAS –Campus Machado.

14 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

A concepção da prática avaliativa será sustentada por uma premissa básica e

fundamental, a postura de questionamento do processo “ensino e aprendizagem”. Avaliação como reflexão transformada em ação. Ação essa que nos impulsiona a novas reflexões. Reflexão permanente desse processo sobre a realidade e acompanhamento passo a passo do professor na trajetória da construção do conhecimento. Um processo interativo através do qual aluno e professor aprendem sobre si mesmo e sobre a realidade no ato próprio da avaliação. A avaliação deverá estar comprometida com a renovação da prática educativa, com a transformação e com o crescimento. Portanto, a ação avaliativa como instrumento de crescimento e de transformação deverá assumir uma postura pedagógica que respeite:

- o saber espontâneo elaborado pelo aluno, relacionado com o seu universo de experiências, “partindo de ações desencadeadoras de reflexão sobre tal saber, desafiando-o a evoluir, encontrar novas e diferentes soluções às questões sucessivas apresentadas pelo professor;
- as diferenças individuais dos alunos manifestadas nas atividades desempenhadas lembrando “a aprendizagem como sucessão de aquisições constantes e dependentes da oportunidade que o meio oferece”.

A avaliação da aprendizagem, portanto será constante, contínua e cumulativa, tendo como objetivo a verificação das competências e habilidades intelectuais próprias desenvolvidas no trabalho com os conteúdos curriculares, bem como as atitudes decorrentes das mudanças do comportamento esperadas.

Na avaliação do aproveitamento há de se preponderar os aspectos qualitativos (competências e habilidades intelectuais) sobre os quantitativos (informações memorizadas) e do resultado ao longo do período sobre o de eventuais avaliações finais.

Cabe ao professor a elaboração, aplicação e julgamento das atividades de avaliação, observados os critérios de conhecimento, competências e habilidades requeridas no âmbito do processo educativo.

Os processos de avaliação se orientarão considerando a experiência escolar e o que se faz, vive e observa no dia a dia, o raciocínio abstrato a aplicação do conhecimento adquirido, a capacidade de compreensão de novas situações concretas que são bases para a solução de problemas.

14.1 Critérios de Avaliação

A avaliação da aprendizagem deve ser diagnóstica, inclusiva e formativa para acompanhar o desempenho do aluno em relação ao perfil profissional de conclusão desejado, como também o desenvolvimento das competências estabelecidas para a habilitação;

Na avaliação do rendimento escolar serão utilizados instrumentos diversos como provas escritas e/ou orais, trabalhos de pesquisa, seminários, exercícios, aulas práticas entre outros, dependendo do contexto em que se realizar;

A escolha dos instrumentos de avaliação ficará a cargo do professor, respeitadas as especificações propostas pelo corpo docente e coordenada pelo Diretor de Ensino (DE). Para cada disciplina serão atribuídas duas notas no valor de 10 pontos. Em cada nota, o professor deverá oportunizar ao aluno no mínimo duas avaliações, não devendo uma avaliação ter o valor superior a 50% da nota total. Ao final do período letivo, caso o aluno não atinja o valor mínimo para a aprovação, será concedido um Exame Final no valor de 10 pontos.

O registro da expressão dos resultados e a frequência dos alunos é de responsabilidade do professor, efetuado em instrumento próprio, analisados pela supervisão pedagógica e repassados à Seção de Registros Escolares.

14.2 Da Frequência

Em consonância com a LDB 9.394/96 e com os preceitos regulados na Resolução nº 073/2015, os Cursos Técnicos terão a frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária total do ano letivo para aprovação.

O controle da frequência será de competência do docente, assegurando ao estudante comunicar formalmente a Coordenadoria Geral de Assistência ao Educando ou outro setor definido pelo campus, casos de faltas recorrentes do discente que possam comprometer o processo de aprendizagem do mesmo.

Os pedidos de justificativa de faltas para os casos previstos em lei serão considerados se entregues diretamente no setor de controle de faltas do campus. Em caso de atividades avaliativas, a ausência do discente deverá ser comunicada por ele, ou responsável, ao setor de controle faltas do campus até 2 (dois) dias após a data da aplicação. Sendo obedecido o prazo estabelecido, o pedido efetuado em formulário

próprio, o estudante terá a falta justificada e o direito de receber avaliações aplicadas no período/dia.

Serão considerados documentos para justificativa da ausência:

I - Atestado Médico.

II - Certidão de óbito de parentes de primeiro e segundo graus.

III – Declaração de participação em evento acadêmico, científico e cultural sem apresentação de trabalho.

IV- Declaração de cumprimento de obrigação militar.

Por conseguinte, o não comparecimento do discente à avaliação a que teve direito pela sua falta justificada implicará definitivamente no registro de nota zero para tal avaliação na disciplina. Para o abono de faltas o discente deverá obedecer aos procedimentos a serem seguidos conforme o Decreto-Lei nº 715/69, Decreto-Lei nº 1.044/69 e Lei nº 6.202/75.

Todavia, o discente que representar a instituição em eventos acadêmicos com apresentação de trabalho, eventos esportivos, culturais, artísticos e órgãos colegiados terá suas faltas abonadas, com direito às avaliações que ocorrerem no período de ausência na disciplina, mediante documentação comprobatória até 2 (dois) dias após seu retorno à instituição apresentada ao coordenador de curso.

Havendo falta coletiva de discentes em atividades de ensino, será considerada a falta para a quantificação da frequência e o conteúdo não será registrado. Mesmo que haja um número reduzido de estudantes, ou apenas um, em sala de aula, o docente deve ministrar o conteúdo previsto para o dia de aula, lançando presença aos participantes da aula.

14.3 Da Verificação do Rendimento Escolar e da Aprovação

A Verificação do Rendimento Escolar e Aprovação são institucionalmente reguladas pelas Normas Acadêmicas dos cursos técnicos do IFSULDEMINAS. Essa norma também prevê que o docente seja responsável pelo registro do rendimento acadêmico dos discentes e pela apuração da assiduidade e a avaliação do aproveitamento em todos os componentes curriculares.

O docente deverá realizar a revisão das avaliações em sala de aula em até 14 dias após a data de aplicação. Os critérios e valores de avaliação adotados pelo docente deverão ser explicitados aos discentes no início do período letivo, observadas as normas estabelecidas

neste documento. Para que haja alteração do critério por parte do docente, será necessário parecer positivo do colegiado de curso com apoio da supervisão pedagógica.

Após a publicação das notas, os discentes terão direito a revisão de prova, devendo num prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, formalizar o pedido através de formulário disponível na Secretaria de Registros Acadêmicos - SRA. Continuando sobre o registro, o docente deverá registrar as notas de todas as avaliações e ao longo do bimestre registrar os conteúdos, as médias e frequência para cada disciplina.

Destaca-se que os docentes deverão entregar o Diário de Classe corretamente preenchido com conteúdo, notas, faltas e horas/aulas ministradas na Supervisão Pedagógica ou setor definido pelo Campus dentro do prazo previsto no Calendário Escolar. Para os casos nos quais são usados sistemas informatizados, a conclusão do preenchimento deverá seguir também o Calendário Escolar.

Por fim, para efeito de aprovação ou reprovação em disciplina, serão aplicados os critérios apresentados no quadro abaixo:

Quadro 4- Critérios de aprovação / reprovação

CONDIÇÃO	SITUAÇÃO FINAL
$MD \geq 60,0\%$ e $FT \geq 75\%$	Aprovado
$MD \text{ SEMESTRAL} < 60,0\%$	Recuperação Semestral
$30,0\% \leq MD \text{ ANUAL} < 60,0\%$ e $FT \geq 75\%$	Exame Final
$MD \text{ ANUAL} < 30,0\%$ ou $NF < 60,0\%$ ou $FT < 75\%$	Reprovado

MD: média da disciplina;

FT: frequência total das disciplinas;

NF: nota final.

Assim, terá direito ao exame final, ao término do módulo/período, o discente que obtiver média da disciplina igual ou superior a 30,0% e inferior a 60,0% e frequência igual ou

superior a 75% na disciplina. O exame final poderá abordar todo o conteúdo contemplado na disciplina. O cálculo do resultado final da disciplina (RFD), após o exame final correspondente ao período, será a partir da média aritmética da média anual da disciplina e a nota do exame final. Ressalva-se que o Exame Final é facultativo, não podendo atribuir nota zero (0,0) ao discente que não o realizou, mesmo tendo a oportunidade.

Em consonância com as Normas Acadêmicas dos cursos, somente poderá realizar o exame final aquele que prestou a prova de recuperação semestral, salvo quando amparados legalmente. No entanto, o discente terá direito a revisão de nota do exame final, desde que requerida na SRA num prazo máximo de 2 (dois) dias úteis após a publicação da nota.

Em cumprimento ao Art. 28 da Resolução 073/2015, haverá dois modelos de recuperação que o discente poderá participar:

I - Recuperação paralela – realizada no decurso do ano letivo, no horário de atendimento aos discentes e outros programas institucionais com o mesmo objetivo.

- a. O docente ao verificar qualquer situação do discente que está prejudicando sua aprendizagem deverá comunicá-lo oficialmente sobre a necessidade de sua participação nos horários de atendimento ao discente e aos demais programas institucionais com o mesmo objetivo.
- b. A comunicação oficial também deverá ser realizada à Coordenadoria Geral de Ensino.
- c. O docente deverá registrar a presença do discente comunicado oficialmente para participar do horário de atendimento ao discente.
- d. Os responsáveis pelo acompanhamento dos demais programas institucionais que visam à melhoria da aprendizagem do discente deverão registrar a presença do discente comunicado oficialmente.

II - Recuperação semestral – recuperação avaliativa de teor qualitativo e quantitativo aplicada ao final do semestre quando o discente se encontrar na situação apresentada no Quadro supracitado.

Sublinha-se – finalmente- que em cumprimento à Lei nº 13.146/2015, que institui a

Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), serão providos os meios necessários à avaliação e verificação de aproveitamento dos educandos portadores de necessidades especiais. Sendo, todavia, adotado os mesmos critérios, porém desenvolvidos instrumentos avaliativos diferenciados, segundo a deficiência do educando.

Para tanto, será necessário o pedido pela pessoa portadora de deficiência ou responsável na secretaria acadêmica, instruído dos laudos médicos e outros documentos necessários para comprovação do direito ao tratamento especial.

14.4 Do Conselho de Classe

O Conselho de Classe, nos termos da Resolução nº 073/2015, Art. 29, se reunirá com caráter pedagógico - no mínimo - bimestral. Este será constituído por todos os docentes da turma, coordenador do curso, representantes discentes, supervisão pedagógica, orientador educacional, representante da equipe multidisciplinar e coordenador geral de ensino ou representante indicado que discutem sobre a evolução, aprendizagem, postura de cada discente. Neste ínterim, o presente conselho será responsável pelas deliberações e intervenções necessárias quanto à melhoria do processo educativo.

Ademais, o Conselho de classe anual será constituído por todos os docentes da turma, coordenador do curso, supervisão pedagógica, orientador educacional, representante da equipe multidisciplinar e coordenador geral de ensino ou representante indicado. Este deliberará sobre a situação do discente que não obteve aprovação em até 2 (duas) disciplinas/eixos temáticos ou equivalente conforme Projeto Pedagógico de Curso, possibilitando ou não a sua promoção.

Durante o processo deliberativo, somente os docentes terão direito ao voto para a promoção do discente. Em caso de empate, o coordenador do curso terá o voto de Minerva. A condução do processo será presidida, seja no conselho classe bimestral ou anual, pelo coordenador geral de ensino ou seu representante indicado, que deverá ser o responsável pela elaboração da Ata.

14.5 Terminalidade Específica e Flexibilização Curricular

Conforme Resolução CONSUP Nº 102/2013, que define as diretrizes de Educação Inclusiva do IFSULDEMINAS:

14.5.1 Terminalidade Específica

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB prevê uma certificação de escolaridade chamada terminalidade específica para os estudantes que, em virtude de suas deficiências, não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental.

O Conselho Nacional de Educação, mediante o Parecer CNE/CEB Nº 2/2013, autoriza a adoção da terminalidade específica na educação profissional para estudantes dos cursos técnicos de nível médio desenvolvidos nas formas articulada, integrada, concomitante, bem como subsequente ao Ensino Médio, inclusive na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Proeja.

Segundo a Resolução 02/2001 do CNE, que instituiu as Diretrizes Nacionais para Educação Especial - DNEE, a terminalidade específica

[...] é uma certificação de conclusão de escolaridade – fundamentada em avaliação pedagógica – com histórico escolar que apresente, de forma descritiva, as habilidades e competências atingidas pelos educandos com grave deficiência mental ou múltipla.

A terminalidade específica é, então, um recurso possível aos alunos com necessidades especiais, devendo constar do regimento e do projeto pedagógico institucional.

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001), acrescentam que, após a educação infantil, a escolarização do estudante com necessidades educacionais especiais deve processar-se nas mesmas etapas e modalidades de educação e ensino que os demais educandos, ou seja, no ensino fundamental, no ensino médio, na educação profissional, na educação de jovens e adultos, e na educação superior. Essa educação deve ser suplementada e complementada, quando necessário, através dos serviços de apoio pedagógico especializado.

Segundo o parecer 14/2009 MEC/SEESP/DPEE,

O direito de alunos obterem histórico escolar descritivo de suas habilidades e competências, independente da conclusão do ensino fundamental, médio ou superior, já constitui um fato rotineiro nas escolas, não havendo necessidade de explicitá-lo em Lei (MEC/SEESP/DPEE, 2009).

Dessa forma, as escolas devem buscar alternativas em todos os níveis de ensino que

possibilitem aos estudantes com deficiência mental grave ou múltipla o desenvolvimento de suas capacidades, habilidades e competências, sendo a certificação específica de escolaridade uma destas alternativas. Essa certificação não deve servir como uma limitação, ao contrário, deve abrir novas possibilidades para que o estudante tenha acesso a todos os níveis de ensino possíveis, incluindo aí a educação profissional e a educação de jovens e adultos, possibilitando sua inserção no mundo do trabalho.

A mesma legislação (Resolução 02/2001 do CNE) prevê que as escolas da rede de educação profissional poderão avaliar e certificar competências laborais de pessoas com necessidades especiais não matriculadas em seus cursos, encaminhando-as, a partir desse procedimento, para o mundo do trabalho. Assim, estas pessoas poderão se beneficiar, qualificando-se para o exercício destas funções. Cabe aos sistemas de ensino assegurar, inclusive, condições adequadas para aquelas pessoas com dificuldades de inserção no mundo do trabalho, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora.

A terminalidade específica, bem como as demais certificações das competências laborais de pessoas com necessidades especiais, configura-se como um direito e uma possibilidade de inserção deste público no mundo do trabalho, com vistas à sua autonomia e à sua inserção produtiva e cidadã na vida em sociedade.

14.5.2 Flexibilização curricular

Em consonância com a Resolução CONSUP Nº 102/2013, que define as diretrizes de Educação Inclusiva do IFSULDEMINAS, as adaptações curriculares devem acontecer no nível do projeto pedagógico e focalizar principalmente a organização escolar e os serviços de apoio. As adaptações podem ser divididas em:

1. Adaptação de Objetivos: estas adaptações se referem a ajustes que o professor deve fazer nos objetivos pedagógicos constantes do seu plano de ensino, de forma a adequá-los às características e condições do aluno com necessidades educacionais especiais. O professor poderá também acrescentar objetivos complementares aos objetivos postos para o grupo.
2. Adaptação de Conteúdo: os tipos de adaptação de conteúdo podem ser ou a priorização de áreas ou unidades de conteúdos, a reformulação das sequências de conteúdos ou ainda, a eliminação de conteúdos secundários, acompanhando as adaptações propostas para os objetivos educacionais.

3. Adaptação de Métodos de Ensino e da Organização Didática: modificar os procedimentos de ensino, tanto introduzindo atividades alternativas às previstas, como introduzindo atividades complementares àquelas originalmente planejadas para obter a resposta efetiva às necessidades educacionais especiais do estudante. Modificar o nível de complexidade delas, apresentando-as passo a passo. Eliminar componentes ou dividir a cadeia em passos menores, com menor dificuldade entre um passo e outro.

- Adaptação de materiais utilizados: são vários recursos – didáticos, pedagógicos, desportivos, de comunicação - que podem ser úteis para atender às necessidades especiais de diversos tipos de deficiência, seja ela permanente ou temporária.
- Adaptação na Temporalidade do Processo de Ensino e Aprendizagem: o professor pode organizar o tempo das atividades propostas para o estudante, levando-se em conta tanto o aumento como a diminuição do tempo previsto para o trato de determinados objetivos e o seus conteúdos.

Ressalta-se que, além das possibilidades supracitadas, visando atender e oportunizar paridades de condições aos alunos que demandem necessidades especiais, serão adotadas as flexibilizações que o profissional de cada área julgar mais adequada. Para o atendimento especial, em conformidade com Resolução Consup nº 30/2012 - Regimento do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais – NAPNE do IFSULDEMINAS, Lei de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Lei Nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012) e PDI 2018 - 2023, desde que requerida e apresentada a documentação descrita nos referidos regulamentos o professor, necessariamente, fará a flexibilização de objetivos e método.

15 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

Para um melhor acompanhamento do Curso será realizada uma memória de cada um dos anos letivos, registrando os elementos principais desenvolvidos pelos professores, questões levantadas pelos Educandos, bem como outros elementos de caráter organizativo, de modo a se possuir um registro mais detalhado das atividades. Para esta atividade será designado utilizar-se-á as reuniões do Conselho de Classe para tratar da questão.

Ainda, o curso e suas demandas serão acompanhados institucionalmente pelos membros da Comissão Permanente de Avaliação (CPA). Os dados apurados, contribuições e

demandas debatidas serão divulgados para conhecimento de toda comunidade acadêmica.

Ademais, poder-se-á utilizar outros indicadores externos para auxiliar no processo de avaliação do curso: resultados obtidos por alunos em Olimpíadas do Saber, Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), entre outros.

16 APOIO AO DISCENTE

O apoio ao discente é fornecido por meio da Coordenadoria Geral de Assistência ao Educando – CGAE, que é responsável por acompanhar os benefícios e serviços ofertados aos alunos e oferecendo orientação educacional e disciplinar, se tornando um elo entre o aluno/família e departamento pedagógico, seguindo a Instrução Normativa do CONSUP 04/2018, que versa sobre Política de Assistência Estudantil do IFSULDEMINAS, e a Resolução 12/2013, que regulamenta o Programa de Monitoria de Ensino do IFSULDEMINAS.

16.1 Política de atendimento a portadores de necessidades especiais

Desde 2005, o NAPNE (Núcleo de Atendimento às pessoas com Necessidades Especiais) é responsável pela garantia de acesso e permanência dos estudantes com necessidades especiais no espaço educacional do IFSULDEMINAS – Campus Machado.

Na perspectiva da educação inclusiva, o Núcleo tem desenvolvido ações em conformidade com o Decreto Federal Nº 7.611 de 17/11/2011, que dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado. A equipe do NAPNE é composta por quatro representantes do corpo técnico administrativo do Campus, três docentes, dois alunos e um representante da família.

O NAPNE tem como objetivo incluir todos os estudantes e servidores que possuem qualquer tipo de barreira motora, intelectual ou social. Casos de gravidez; estudantes acidentados; deficientes físicos; alunos com problemas de visão, audição e fala; vítimas de preconceito racial ou de orientação sexual; são alguns exemplos de situações assistidas. Em situações em que for detectada a necessidade de atendimento educacional especializado, o Coordenador do Curso fará um memorando de encaminhamento ao NAPNE.

16.2 Atendimento a Pessoas com Deficiência ou com Transtornos Globais

Em consonância com a legislação vigente sobre Educação Especial, os princípios que norteiam este regimento, para promoção de uma sociedade inclusiva, são:

I - Universalidade da Educação Inclusiva no âmbito do IFSULDEMINAS, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades.

II - Cultura da educação para a convivência e respeito à diversidade, promovendo a quebra das barreiras atitudinais, educacionais e arquitetônicas.

III - Inclusão da pessoa com necessidade especial, visando sua formação para o exercício da cidadania, sua qualificação e inserção no mundo do trabalho.

Para implementar tais ações o IFSULDEMINAS instituiu o Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais – NAPNE. Compete ao NAPNE, desde o momento da inscrição aos processos seletivos, quando o candidato manifesta ser portador de alguma necessidade especial, desenvolver ações de implantação e implementação do Programa TECNEP (Programa Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas) e as políticas de inclusão, conforme as demandas existentes em cada campus e região de abrangência.

Caso seja identificado algum caso em que seja indicado o PEI – Plano Educacional Individual, o mesmo deverá ser elaborado pelo Núcleo de Acessibilidade, aqui entendido como aquele composto por profissionais, não necessariamente que compõem o NAPNE, que auxiliarão diretamente os discentes com necessidades especiais.

17 TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – TICs – NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM

São recursos didáticos constituídos por diferentes mídias e tecnologias, síncronas e assíncronas, tais como ambientes virtuais e suas ferramentas, redes sociais e suas ferramentas.

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) previstas/implantadas no processo de ensino-aprendizagem devem permitir a execução do projeto pedagógico do curso e a garantia da acessibilidade e do domínio das TICs.

Neste sentido, poder-se-á utilizar deste arsenal de possibilidades metodológicas

visando o desenvolvimento do educando. Dessa forma, além da mera utilização de plataformas digitais e novas interfaces de comunicação. O presente projeto estimulará, segundo as especificidades de cada área, a utilização das TICs no processo de ensino aprendizagem.

Tendo em vista a realidade, multiplicidade e diversidade dos educandos a implementação destes recursos será progressiva ou gradual. Iniciar-se-á com a utilização de ferramentas apresentadas em softwares livres e órgãos públicos (IBGE, MEC, etc.). Por conseguinte, estimular-se-á o aprimoramento de ferramentas visando a concretização ou resolução de situações vivenciadas pelo educando em seu cotidiano.

18 CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES

O aproveitamento de estudos pelo IFSULDEMINAS - Campus Machado ocorrerá segundo legislação vigente, Resolução CNE/CEB nº. 04/99, artigo 11 e também conforme o Artigo 50 (parágrafo 1º e 2º) da Resolução nº 073/2015 que dispõe sobre as Normas Acadêmicas dos Cursos Subsequentes do IFSULDEMINAS.

“A escola poderá aproveitar conhecimentos e experiências anteriores, desde que diretamente relacionados com o perfil profissional de conclusão da respectiva qualificação ou habilitação profissional, adquiridos:

I - no ensino médio;

II - em qualificações profissionais e etapas ou módulos de nível técnico concluídos em outros cursos;

III - em cursos de educação profissional de nível básico, mediante avaliação do aluno;

IV - no trabalho ou por outros meios informais, mediante avaliação do aluno;

V - e reconhecidos em processos formais de certificação profissional.”

19 CORPO DOCENTE E ADMINISTRATIVO

19.1 Funcionamento do Colegiado de Curso ou equivalente

Colegiado de Cursos Técnicos é um órgão vinculado ao Departamento de

Desenvolvimento Educacional/Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão, que possui função normativa, executiva e consultiva, dentro do princípio pedagógico da indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão; com composição, competências e funcionamento definidos neste Regimento Interno.

O colegiado do curso é composto por: Coordenador de curso; dois representantes titulares técnico-administrativos em Educação, eleitos por seus pares, inclusive seus suplentes; dois representantes docentes titulares, eleitos por seus pares, inclusive seus suplentes e dois representantes discentes titulares, eleitos por seus pares, inclusive seus suplentes.

As reuniões ordinárias do Colegiado de Cursos, serão 01 (uma) por semestre, de acordo com as datas estabelecidas em calendário, anualmente aprovado; e as reuniões extraordinárias serão convocadas pelo presidente, com indicação de motivo, ou requerimento dos integrantes do colegiado. O registro das reuniões e feito em ata e é dado o encaminhamento das decisões.

O ideal é que o funcionamento do Colegiado previsto/ implantado regulamentado/ institucionalizado, considere em uma análise sistêmica e global, os seguintes aspectos: representatividade dos segmentos, periodicidade das reuniões, registros e encaminhamento das decisões.

19.2 Atuação do(a) Coordenador(a)

O coordenador do Curso Técnico em Agropecuária modalidade subsequente realiza a gestão do curso, cumprindo as ações ordinárias da Secretaria Escolar e da Coordenação Geral de Ensino. O coordenador tem também a função de manter um bom relacionamento entre docentes, discentes e técnicos, observando quaisquer conflitos que possam surgir. Está disponível para resolver assuntos de interesse dos alunos nos horários de atendimento e em qualquer outro, caso seja necessário. Organiza com os professores o melhor planejamento das aulas e acompanhamento dos discentes. O coordenador atua em regime de dedicação exclusiva no curso como docente e tem formação na área técnica do curso.

19.3 Corpo Docente

Quadro 5 - Corpo Docente

Docente	Titulação	Área de Atuação	Início do Trabalho no Instituto	Regime de Trabalho
Ademir Duzi Moraes	Mestrado	Segurança do Trabalho	21/01/2010	DE
Adriana Carvalho de Menezes C. Dendena	Mestrado	Administração	21/08/2014	DE
Aline Fernandes da Silva Renó	Mestrado	Letras	21/03/2018	DE
Aline Manke Nachtigall	Doutorado	Alimentos	15/01/2009	DE
Alexandre Tavares Ferreira	Mestrado	Zootecnia	11/10/1995	DE
Alex Uzêda de Magalhães	Doutorado	Alimentos	18/07/2006	DE
André Delly Veiga	Doutorado	Agronomia	05/01/2009	DE
André Luiz Neves	Mestrado	Administração	11/12/2014	DE
Ariane Borges de Figueiredo	Doutorado	Meio Ambiente	17/01/2012	DE
Brígida Monteiro Vilas Boas	Doutorado	Alimentos	30/01/2008	DE
Caroline Ferreira Cunha Santos	Mestrado	Letras	10/06/2014	DE
Daiane Moreira Silva	Doutorado	Zootecnia	23/12/2010	DE
Dalilla Carvalho Rezende	Doutorado	Agronomia	27/07/2015	DE
Dayanny Carvalho Lopes Alves	Mestrado	Administração	11/02/2011	DE
Diego Zanetti	Doutorado	Zootecnia	26/10/2017	DE
Dulcimara Carvalho Nanetti	Doutorado	Agronomia	21/08/1995	DE
Eliane dos Santos Corsini	Mestrado	Matemática	03/05/2010	DE
Gabriela Rossetti Montini	Mestrado	Letras	18/07/2018	DE

Gilson Ferreira Moraes	Mestrado	Zootecnia	01/07/1998	DE
Gustavo Augusto de Andrade	Doutorado	Zootecnia	31/01/2008	DE
Ivan Franco Caixeta	Doutorado	Agronomia	01/08/2005	DE
João Paulo Barbieri	Mestrado	Administração	01/02/2019	DE
João Roberto Caixeta	Doutorado	Letras	01/01/2010	DE
José Pereira da Silva Junior	Mestrado	Letras	01/01/2010	DE
Júlio César de Carvalho	Doutorado	Alimentos	22/11/2010	DE
Katia Alves Campos	Doutorado	Matemática	01/01/2010	DE
Leandro Carlos Paiva	Doutorado	Agronomia	12/07/2006	DE
Lêda Gonçalves Fernandes	Doutorado	Agronomia	01/08/2005	DE
Leonardo Rubim Reis	Doutorado	Engenharia Agrícola	20/11/2009	DE
Leticia Gomes de Moraes Amaral	Doutorado	Alimentos	01/02/2016	DE
Leticia Sepini Batista	Mestrado	Letras	01/01/2010	DE
Lidiany dos Santos Soares	Mestrado	Administração	04/11/2011	DE
Lígia Maria Stefanelli Silva	Mestrado	Matemática	22/08/2017	DE
Lucas Lima Resende	Especialização	Administração	20/10/2015	DE
Lúcia Helena da Silva	Mestrado	Administração	11/03/2015	DE
Luís Eduardo de Souza Raats	Mestrado	Engenharia Agrícola	01/02/1995	DE
Luís Gonzaga de Araújo	Doutorado	Engenharia Agrícola	02/10/2013	DE
Luis Lessi dos Reis	Doutorado	Agronomia	23/05/2018	DE
Marcela Costa Rocha	Mestrado	Matemática	26/07/2012	DE
Maria de Lourdes Lima Bragion	Doutorado	Matemática	20/05/2010	DE

Nikolas de Oliveira Amaral	Doutorado	Zootecnia	10/11/2009	DE
Nivaldo Bragion	Mestrado	Administração	22/10/2013	DE
Patricia de Oliveira Alvim Veiga	Doutorado	Agronomia	02/01/2012	DE
Pedro Luiz Costa Carvalho	Doutorado	Administração	16/10/2013	DE
Peterson Pereira de Oliveira	Mestrado	Matemática	13/01/2009	DE
Poliana Ester da Silva	Especialização	Matemática	01/07/2015	DE
Renata Maculan	Doutorado	Zootecnia	06/07/2018	DE
Renata Mara de Souza Neves	Doutorado	Zootecnia	29/07/2010	DE
Renato Alves Coelho	Mestrado	Engenharia Agrícola	26/05/2010	DE
Saul Jorge Pinto de Carvalho	Doutorado	Agronomia	16/11/2009	DE
Sérgio Murilo Lucas	Mestrado	Letras	27/04/2010	DE
Silvana da Silva	Doutorado	Agronomia	01/03/2011	DE
Tâmara Prado de Moraes	Doutorado	Agronomia	11/02/2019	DE
Vanderley Almeida Silva	Doutorado	Alimentos	29/05/1998	DE
Vanderson Rabelo de Paula	Doutorado	Engenharia Agrícola	09/07/2012	DE
Wellington Marota Barbosa	Doutorado	Agronomia	18/09/2006	DE

* DE – Dedicção Exclusiva

19.4 Corpo Administrativo

Quadro 6 - Corpo Administrativo

Servidor	Cargo / Função	Regime
Andressa Magalhães D'Andrea	Bibliotecária	Integral
Antônio Carlos Estanislau	Jardinagem / Limpeza	Integral

Antônio Marcos de Lima	Núcleo de Tecnologia da Informação	Integral
Aydison Neves Rezende	Técnico em Agropecuária	Integral
Débora Jucely de Carvalho	Pedagoga	Integral
Elber Antônio Leite	Infraestrutura Pedagógica	Integral
Ellissa C. Caixeta de Azevedo	Pedagoga	Integral
Erlei Clementino dos Santos	Pedagoga	Integral
Euzébio Souza Dias Netto	Setor de Transportes	Integral
Fabrizio Aparecido Bueno	Psicólogo	Integral
Fellipe Joan Dantas Gomes	Agroindústria	Integral
Francisco Bianchini de Souza	Auxiliar de Eletricidade	Integral
Gleydson Pereira Vidigal	Agroindústria	Integral
Grenei Alves de Jesus	Técnico em Agropecuária	Integral
Ivan Carlos Macedo	Técnico em Agropecuária	Integral
Juliana Morais Ferreira Froes	Inspetor de Alunos	Integral
Jaime Afonso Maciel	Auxiliar em Agropecuária / Almoxarifado	Integral
Jonathan Ribeiro de Araújo	Técnico em Agropecuária	Integral
José Aurélio Alves	Setor de Transportes	Integral
Leandro Rossi Castilho	Técnico em Laboratório	Integral
Maria Aparecida Avelino	Técnico em Assuntos Educacionais	Integral
Maria Beatriz C. B. de Oliveira	Assistente Administrativo	Integral
Maria de Lourdes Codignole	Bibliotecária	Integral
Maria do Socorro C. Martinho	Nutricionista	Integral
Maria Gessi Teixeira	Técnica de Laboratório	Integral

Nathália L. Caldeira Brant	Assistente Social	Integral
Sebastião Rabelo de Carvalho	Auxiliar em Agropecuária	Integral
Sérgio Luiz Santana de Almeida	Assistência ao Educando	Integral
Tales Machado Lacerda	Técnico em Agropecuária / Serviços Gerais	Integral
Thamiris Lentz de Almeida Coelho	Coordenador de Estágios e Egressos	Integral
Yara Dias Fernandes Cerqueira	Assistente Social	Integral

20 INFRAESTRUTURA

20.1 Específica do curso

Quadro 7 - Infraestrutura específica do curso

Identificação	Quantidade
Unidades educativas de produção - UEP's (Agricultura I – Olericultura; Agricultura II – Culturas anuais; Agricultura III – Café/fruticultura; Zootecnia I – Avicultura/Cunicultura/Piscicultura/Apicultura; Zootecnia II – Suinocultura; Zootecnia III – Bovinocultura; Agroindústria – Carnes, Laticínios e Torrefação.	12
Setor de Mecanização Agrícola	01
Viveiro de Produção de Mudas	02
Núcleo de Pós-Colheita de Café	01
Laboratório de Café e Análise Sensorial	01
Cafeteria Escola	01
Laboratório de Química	01
Laboratório de Biologia	02

Laboratório de Física	01
Núcleo de Alimentos	01
Laboratório de Microbiologia de Alimentos	01
Laboratório de Análise Física e Química (Bromatologia)	01
Laboratório de Análise Sensorial de Alimentos	01
Cozinha Experimental	01
Laboratório de Biotecnologia	01
Laboratório de Análise de Solos	01
Laboratório de Grandes Culturas	01
Usina de Biodiesel	01
Suporte aos setores de produção agropecuária	14
Sistema de irrigação	01
Fábrica de ração	01
Abatedouro	01
Equipamentos	
Projetores Multimídia	20

20.2 Apoio ao pleno funcionamento do curso

Quadro 8 - Infraestrutura de apoio

Caracterização	Número	Área total (m ²)
Planejamento e Gestão	12	2.292,74

Prédio Pedagógico	02	381,71
Prédio Pedagógico com Salas Professores/Coordenação	01	415,00
Salas de Aula	38	2.988,20
Auditório	01	250,00
Ginásio Poliesportivo	01	1291,84
Centro de Treinamento – CIMMA	01	436,00
Lab. de informática	05	581,57
Secretaria escolar	01	280,00
Biblioteca	01	820,00
Alojamentos	14	3.980,00
Esporte, Lazer e Atividades Socioculturais	06	13.054,00
Refeitório	01	617,00
Apoio a Saúde e Higiene	01	244,40
Fundação de Apoio e CIEC	01	265,00
Outros	--	983,66

20.3 Biblioteca

A título de histórico, vale contar que a partir da transformação da Escola Agrotécnica Federal de Machado em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – Campus Machado e sua expansão, surge a necessidade de ampliação da biblioteca, então denominada Biblioteca Rui Barbosa.

Após 1 (um) ano de construção do prédio próprio, em 18 de maio de 2009 é inaugurada a nova biblioteca do instituto, que em homenagem ao ex-diretor recebe o nome de Biblioteca “Rêmulo Paulino da Costa”.

Assim, a Biblioteca Rêmulo Paulino da Costa, na sua função de centro de disseminação seletiva da informação, lazer e incentivo à leitura, proporciona à comunidade

escolar um espaço dinâmico de convivência, auxiliando nas pesquisas e trabalhos acadêmicos.

A Biblioteca Rêmulo Paulino da Costa, pela atual estrutura administrativa do IF Sul de Minas – Campus Machado, está subordinada à Coordenadoria Geral de Ensino. O Acervo da Biblioteca Rêmulo Paulino da Costa é constituído por livros, periódicos e materiais audiovisuais, disponível para empréstimo domiciliar e consulta interna para usuários cadastrados. O acervo está classificado pela CDD (Classificação decimal de Dewey) e AACR2 (Código de Catalogação Anglo Americano). A biblioteca é informatizada através do software Pergamum e oferece possibilidade de consultas on-line ao acervo, bem como verificar a disponibilidade do material para empréstimo e/ou consulta local, e efetuar reservas e renovação dos livros.

Assim, os alunos do curso técnico contam com amplo acervo bibliográfico, além das bases digitais, contribuindo decisivamente para a formação de excelência do aluno.

21 CERTIFICADOS E DIPLOMAS

Após a conclusão ou integralização de todas as disciplinas e componentes curriculares constantes na estrutura curricular com aprovação, bem como a integralização das horas de estágio, o IFSULDEMINAS – Campus Machado expedirá o Certificado de Conclusão do Curso Técnico em Agropecuária na modalidade subsequente com o Título de Técnico em Agropecuária, mencionando o eixo tecnológico em que o mesmo se vincula

Os certificados e diplomas que exigirem terminalidade específica serão avaliados por decisão de uma equipe multidisciplinar após análise dos relatórios dos Plano de Ensino Individualizado (PEIs).

22 CONSIDERAÇÕES FINAIS

- Os períodos de matrícula, rematrícula e trancamento serão previstos em Calendário Acadêmico conforme Resolução do CONSUP 047/12.
- Os discentes deverão ser comunicados de normas e procedimentos com antecedência mínima de 30 dias do prazo final da matrícula.
- O discente, mesmo por intermédio do representante legal, se menor de 18 anos, que não reativar sua matrícula no período estipulado, será considerado evadido.

23 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS PARA O PROJETO

BRASIL. Art. 66 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e Resolução Nº 3, de 24 de outubro de 2010. Define Titulação do corpo docente.

_____ Decreto 5622, de 19 de dezembro de 2005, Presidente da República. Regulamenta o Art. 80 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: Acesso em: 5 set. 2019.

_____ Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: Acesso em: 21 set. 2019.

_____ Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em Acesso em 16 set. 2019.

_____ Ministério da Educação. Grupo de Trabalho Interministerial. Contribuições para a Implementação da Lei 10639/2003: Proposta de Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana – Lei 10639/2003. Brasília, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/contribuicoes.pdf>.

_____ Lei n. 13.146, de 6 de jul. de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm; acesso em: 24 set 2019.

_____ Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB nº 11 de 09 de maio de 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=10804&Itemid=>. Acesso em: 1 out. 2019.

_____. CNE. CEB. Resolução n. 2, de 11 de setembro de 2001, que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: 2001.

_____ CNE. CEB. Resolução n. 4, de 2 de outubro de 2009, que institui diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na educação básica, modalidade educação especial. Brasília: 2009.

_____ CNE/CEB nº 06, de 20 de setembro de 2012, e o Parecer CNE/CEB nº 11, de 09 de maio de 2012, definem Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

_____ CNE/CP nº 1/2004, que define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, fundamentada no Parecer CNE/CP nº 3/2004.

_____ Parecer CNE/CEB nº 2/2013 - Consulta sobre a possibilidade de aplicação de “terminalidade específica” nos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio.

_____. Parecer CNE/CEB nº 16/1999 - Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico.

_____ Decreto n. 7.824/2012 - Regulamenta a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio.

_____. Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos. Edição 2017.

_____. Constituição Federal, 1988, Art. 205, 206 e 208, na NBR 9050/2004, da ABNT, na Lei Nº 10.098/2000, nos Decretos Nº 5.296/2004, Nº 6.949/2009, Nº &.611/2011 e na Portaria Nº 3.284/2003. Definem condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida.

_____ Decreto-Lei Nº 9.613, de 20 de agosto de 1946, Art. 1º Esta lei estabelece as bases de organização e de regime do ensino a agrícola, que é o ramo do ensino até o segundo grau, destinado essencialmente à preparação profissional dos trabalhadores da agricultura.

_____. Decreto n. 5.154, de 23 jul. 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 2004.

_____. Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com

mobilidade reduzida. Brasília, 2004.

_____. Decreto Nº 5.626/2005. Define sobre a Disciplina de Libras.

_____. Decreto nº 7.037/2009. Institui o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH 3. Brasília, 2009.

_____. Decreto n. 7.611/2011 - Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.

_____. Lei nº 10.098/2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, 2000.

_____. Lei Nº 11.645 de 10 de março de 2008 e Resolução CNE/CP Nº 01 de 17 de junho de 2004. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena.

_____. Lei nº 11.947/2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da Educação Básica. Brasília, 2009.

_____. Lei Nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Define Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

_____. Lei Nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002. Definem sobre Políticas de Educação Ambiental.

_____. Lei nº 9.795/99. Dispõe sobre a Política Nacional de Educação Ambiental. Brasília, 1999.

_____. Lei Nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 - Lei Federal de Estágio, Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

_____. Lei nº. 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

_____. Lei 6.202/1975 - Atribui à estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto-lei nº 1.044, de 1969, e dá outras providências

_____. Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB nº 04/99. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de nível Técnico. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/RCNE_CEB04_99.pdf. Acesso em: 30 dez. 2017.

BRASIL.

_____. Ministério da Educação. Resolução Nº 073/2015, de 17 de dezembro de 2015 – IFSULDEMINAS. Dispõe sobre a aprovação das Normas Acadêmicas dos Cursos Subsequentes da Educação Técnica Profissional de Nível Médio.

_____. Ministério da Educação. RESOLUÇÃO Nº 01/2012, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2012. Dispõe sobre a aprovação da alteração do Estatuto do IFSULDEMINAS.

_____. Ministério da Educação. RESOLUÇÃO Nº 012/2013, DE 29 DE ABRIL DE 2013. Dispõe sobre a aprovação do Regulamento do Programa de Monitoria de Ensino.

_____. Ministério da Educação. RESOLUÇÃO Nº 030/2010, DE 31 DE MARÇO DE 2010. Dispõe sobre a aprovação de novas matrizes curriculares, novas denominações e novos cursos técnicos.

_____. Ministério da Educação. RESOLUÇÃO Nº 030/2012, DE 19 DE JULHO DE 2012. Dispõe sobre a aprovação do Regimento do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais – NAPNE do IFSULDEMINAS.

_____. Ministério da Educação. RESOLUÇÃO Nº 047/2012, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012. Dispõe sobre a aprovação das Normas de Calendário Acadêmico do IFSULDEMINAS.

_____. Ministério da Educação. RESOLUÇÃO Nº 102/2013, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2013. Dispõe sobre a aprovação das Diretrizes de Educação Inclusiva do IFSULDEMINAS.

_____. Parecer CNE/CEB n. 39, de 08 de dez. 2004. Aplicação do Decreto n. 5.154/2004 na Educação Profissional Técnica de nível médio e no Ensino Médio. Brasília, 2004.

_____. Parecer CNE/CP Nº 8, de 06 de março de 2012. Define as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

_____. Resolução CNE/CEB n. 02, de 02 de janeiro de 2012. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília, 2012.

_____. Resolução CNE/CEB n. 06, de 20 de setembro de 2012. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Brasília, 2012.

Resolução 030/2010, de 31 de Março, Dispõe sobre a aprovação de novas matrizes curriculares, novas denominações e novos cursos técnicos.

Instrução Normativa nº 04 de 06 de dezembro de 2018, Dispõe sobre as Políticas de Assistência Estudantil do IFSULDEMINAS e sobre o Regulamento dos Auxílios Estudantis.

CONAES. Resolução Nº 1, de 17 de junho de 2010. Define Núcleo Docente Estruturante.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Org.). **Ensino médio integrado**: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

HOFFMANN, J. **Avaliação mito & desafio**: uma perspectiva construtiva. 11. ed. Porto Alegre Educação & Realidade, 1993.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

PIMENTA, S. G.; GHEDIN, E. (Orgs.). **Professor reflexivo no Brasil**: gênese e crítica de um conceito. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

Anexo I	
Histórico de Alterações em Projetos Pedagógicos de Cursos do IFSULDEMINAS	
Identificação do Projeto (O PPC com as alterações propostas deverá acompanhar este anexo)	
Nome do Curso	Técnico em Agropecuária
Modalidade	Subsequente

Nível	Médio
Campus	Machado
Coordenador	Silvana da Silva
Da ta	Alterações Propostas (Registrar resumidamente apenas os tópicos e informações relevantes)
	<ul style="list-style-type: none"> • Mudança da hora/aula, passando de 48 para 45 minutos; • Mudança na Carga Horária do Curso de 1552 para 1320h. • Inclusão da disciplina Receituário Agrônômico no terceiro módulo; • Redução na carga horária de estágio de 240 para 120h; • Troca de disciplinas de módulos, ficando processamento de alimentos no primeiro módulo e agroecologia passou para o segundo.
	Justificativas
	<ul style="list-style-type: none"> • Adequação com a realidade; • Redução de Carga Horária para o mínimo do Curso Técnico; • Esta disciplina foi incluída, pois é muito importante e estava sendo ofertada no formato de curso FIC; • Consideramos que 240h de estágio é um tempo não compatível com um curso de 18 meses. • Esta troca foi realizada para que os módulos tivessem cargas horárias semelhantes e não tivesse necessidade do 6º horário.
Da ta	Alterações Atendidas ou Justificadas Após o CADEM
	<p>As alterações sugeridas pela CADEM foram modificações na planilha dos docentes e nas informações da infraestrutura do campus.</p> <p>As sugestões de alterações foram acatadas e serão realizadas.</p>
Da ta	Alterações Atendidas ou Justificadas Após a CAMEN ou CAPEPI
Da ta	Alterações Atendidas ou Justificadas Após o CEPE

Da ta	Deliberações do CONSUP
<p>___/___/____. _____</p> <p><i>Data e assinatura do Coordenador do Curso</i></p>	